



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 02.09/2026, DE 21 DE JULHO DE 2026

" DIVULGAÇÃO DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL DE ABERTURA Nº 02/2026."

Heliomar Athaydes Franco, Prefeito Municipal de São Leopoldo/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, por este Edital, o que segue:

1. DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS OBJETIVAS.

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO

• LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 02 – Gabarito mantido letra C

Nos dois primeiros casos, há apenas o artigo definido “a”, sem exigência de preposição. No último, o substantivo “exposição” exige a preposição “a”, que se funde com o artigo feminino de “violência”, formando “à”. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 04 – Gabarito mantido letra E

A primeira afirmação é falsa, pois o texto indica que a proteção dos animais é uma responsabilidade compartilhada. A segunda é verdadeira, já que o texto, no penúltimo parágrafo, recomenda verificar se o município possui canais específicos para denúncias. A terceira também é verdadeira, pois menciona que, em casos envolvendo adolescentes, a resposta deve incluir a família e a rede de proteção. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 05 – Gabarito mantido letra E

As vírgulas separam os termos "no julgamento", "no autocontrole", que formam uma enumeração de complementos com a mesma função sintática na oração. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 06 – Gabarito mantido letra A

O encontro consonantal imperfeito ocorre quando duas consoantes ficam em sílabas separadas. Portanto, somente a alternativa A apresenta o que se pede. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 07 – Gabarito mantido letra A

A palavra “que” introduz a oração subordinada substantiva "que os animais são tutelados pelo Estado", funcionando como conjunção integrante, pois apenas liga essa oração ao verbo estabelece, sem exercer função sintática dentro da oração subordinada. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 08 – Gabarito mantido letra D

A afirmativa I está correta, pois o texto relaciona a agressão contra animais a dificuldades de empatia, regulação emocional e limites éticos. A II é falsa, já que o texto afirma que não é possível estabelecer diagnósticos com base em episódios isolados. A III é verdadeira, pois o texto recomenda, além da responsabilização legal, avaliação e acompanhamento em saúde mental. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 09 – Gabarito mantido letra B

A oração "que preservem a memória sem reforçar a revivência do trauma" é uma oração subordinada adjetiva restritiva, pois delimita quais são os rituais de despedida a que o texto se refere: aqueles que preservam a memória sem reforçar o trauma. Não está isolada por vírgulas, característica das orações adjetivas restritivas.

Execução:





MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 10 – Gabarito alterado letra E

A palavra destacada é um advérbio. Sendo assim, exerce a função de adjunto adverbial. Dessa forma, a alternativa “E” apresenta a indicação correta, ficando o gabarito alterado.

Questão 11 – Gabarito mantido letra C

A palavra "cautela" apresenta o ditongo "au". Da mesma forma, "apuração" apresenta o ditongo "ão". Portanto, ambas possuem o mesmo tipo de encontro vocálico: ditongo. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 13 – Gabarito mantido letra C

A afirmativa I é correta, pois "cachorrinhos" apresenta apenas dígrafos consonantais: "ch", "rr" e "nh". A afirmativa II também é correta, pois "encaminhamentos" apresenta dígrafos vocálicos ("en") e o dígrafo consonantal "nh". A afirmativa III é falsa, pois "possíveis" apresenta o dígrafo consonantal "ss". Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 14 – Gabarito mantido letra C

O termo "mas também" estabelece uma relação de adição, pois acrescenta uma nova informação ao enunciado. A palavra "Após" expressa uma ideia de tempo, indicando algo que ocorre posteriormente. Já a conjunção "Embora" introduz uma ideia de concessão, pois apresenta uma oposição ou ressalva em relação à informação principal. Assim, fica mantido o gabarito.

• LEGISLAÇÃO

Questão 17 – Gabarito mantido letra D

A questão aplica a redação vigente do art. 135, IV e V, da Lei Municipal nº 6.055/2006. O inciso IV, com redação dada pela Lei Municipal nº 8.683/2017, assegura até 20 dias consecutivos pelo nascimento ou adoção de filho, e o inciso V prevê até 8 dias consecutivos por casamento. A narrativa apenas apresenta dois fatos geradores distintos; não condicionando a resposta à fruição simultânea ou retroativa dos afastamentos.

A alternativa “A” está incorreta, pois reduz tanto o prazo relativo ao nascimento ou adoção quanto o prazo por casamento.

A alternativa “B” está incorreta, pois acerta o primeiro prazo, mas reduz indevidamente o afastamento por casamento para 5 dias.

A alternativa “C” está incorreta, pois acerta o primeiro prazo, mas reduz indevidamente o afastamento por casamento para 3 dias.

A alternativa “D” está correta, pois reproduz os prazos vigentes de até 20 dias consecutivos pelo nascimento ou adoção de filho e de até 8 dias consecutivos por casamento.

A alternativa “E” está incorreta, pois equipara afastamentos submetidos a prazos legais distintos.

Questão 18 – Gabarito mantido letra B

A Lei Orgânica Municipal atribui à Câmara competência para fiscalizar e solicitar informações à Administração local, conforme o art. 110, VII. Essa atribuição pode ser exercida durante a execução de políticas públicas e não depende, em todos os casos, da instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito.

A alternativa “A” está incorreta, pois restringe indevidamente a fiscalização a políticas já encerradas e apresenta como absoluta uma exigência procedimental que não consta da competência orgânica examinada.

A alternativa “B” está correta, pois descreve a competência institucional de fiscalização e solicitação de informações atribuída à Câmara Municipal.

A alternativa “C” está incorreta, pois limita sem fundamento o objeto das informações a receitas, despesas e contratos já encerrados.

A alternativa “D” está incorreta, pois a função fiscalizatória não autoriza o Legislativo a substituir o Prefeito na execução administrativa da política pública.

A alternativa “E” está incorreta, pois o pedido de informações não pressupõe necessariamente a prévia instauração de CPI.

Questão 19 – Gabarito mantido letra A

O art. 3º da Lei Municipal nº 6.570/2008 define a composição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos pelo quadro permanente, com seus cargos e grupos ocupacionais. A existência de outras formas de vínculo no Município não altera a composição legal específica do plano perguntada no enunciado.

A alternativa “A” está correta, pois reproduz a composição estabelecida pelo art. 3º da Lei Municipal nº



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.570/2008.

A alternativa “B” está incorreta, pois substitui os cargos e grupos ocupacionais por funções gratificadas e separa indevidamente os cargos efetivos do plano.

A alternativa “C” está incorreta, pois empregos públicos e contratações temporárias não integram a composição legal do plano descrita no dispositivo.

A alternativa “D” está incorreta, pois a lei não restringe o plano a servidores celetistas anteriores ao regime jurídico único.

A alternativa “E” está incorreta, pois o próprio diploma disciplina cargos, carreiras e vencimentos, não deixando a matéria remuneratória exclusivamente a decreto.

Questão 20 – Gabarito mantido letra C

O art. 10, caput e § 3º, da Lei nº 12.527/2011 exige identificação do requerente e especificação da informação solicitada, mas proíbe exigências relativas aos motivos determinantes do pedido. No contexto do enunciado, a referência à especificação do pedido corresponde à individualização dos documentos pretendidos e não cria requisito diverso do previsto em lei.

A alternativa “A” está incorreta, pois a vedação de exigir motivação independe de prévia publicação dos contratos no portal da transparência.

A alternativa “B” está incorreta, pois uma declaração de finalidade não pode ser imposta como condição para qualificar ou processar pedido de informação pública.

A alternativa “C” está correta, pois afasta a exigência de motivos pessoais e preserva os requisitos legais de identificação e especificação da informação.

A alternativa “D” está incorreta, pois a circunstância de o contrato estar em execução não autoriza investigação dos motivos pessoais do requerente.

A alternativa “E” está incorreta, pois a ausência de motivação não permite substituir o acesso devido por relatório resumido.

Questão 21 – Gabarito mantido letra C

O art. 7º, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Municipal nº 5.700/2005 distingue verbas permanentes, parcelas temporárias incorporadas e hipótese específica de inclusão facultativa de certos acréscimos funcionais. O enunciado não informa enquadramento nessa exceção nem opção do segurado.

A alternativa “A” está incorreta, pois habitualidade por alguns meses e contribuição não geram incorporação automática.

A alternativa “B” está incorreta, pois contribuição isolada não dispensa o exame da natureza da verba e das hipóteses legais.

A alternativa “C” está correta, pois afasta a automaticidade e exige a análise da natureza da parcela e das hipóteses de incorporação ou inclusão previstas em lei.

A alternativa “D” está incorreta, pois condiciona toda consideração da verba temporária à sua conversão em parcela permanente, embora a lei admita inclusão facultativa de certos acréscimos temporários na base de contribuição.

A alternativa “E” está incorreta, pois cria distinção entre benefícios sem fundamento no regime indicado.

Questão 22 – Gabarito mantido letra E

A questão considera a redação constitucional vigente na data do certame. A primeira e segunda assertivas são verdadeiras, pois a Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37, XVI, “b”, para admitir, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza. O inciso XVII estende a vedação às entidades da Administração indireta.

A terceira assertiva é falsa pois a proibição também alcança autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Assim alternativa “E” está correta, pois a sequência é V – V – F.

Questão 25 – Gabarito mantido letra A

O enunciado fixa três premissas: pedido regular, informação não disponível de imediato e utilização válida do prazo complementar. À luz dos arts. 10 e 11 da Lei nº 12.527/2011, primeiro se recebe o pedido, depois se examina a possibilidade de acesso imediato; se o prazo for validamente prorrogado, a ciência motivada da prorrogação deve anteceder a resposta final expedida dentro do prazo ampliado.

Assim, apenas a alternativa “A” está correta, pois apresenta a ordem III – II – I – IV, ficando mantido o gabarito.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

• RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

Questão 26 – Gabarito mantido letra C

Para iniciar a questão, vamos primeiramente fatorar as raízes:

$$\sqrt{18} = 3\sqrt{2}$$

$$\sqrt{8} = 2\sqrt{2}$$

Logo, a soma das raízes fica $5\sqrt{2}$, que ao ser multiplicada pela raiz de 2, resulta em 10.

Sabemos que $\sqrt{16} = 4$ e que $10 - 4 = 6$.

Desse modo, a única alternativa correta é a C, sendo mantido o gabarito.

Questão 27 – Gabarito mantido letra D

A razão é 3:5, o que significa que a cada 3 meninas há 5 meninos.

Logo, o total de partes é $3 + 5 = 8$

Como a turma possui 40 estudantes: $40 \div 8 = 5$. Então, cada parte equivale a 5 estudantes.

Como os meninos correspondem a 5 partes, $5 \times 5 = 25$.

A alternativa correta é a D, ficando o gabarito mantido.

Questão 28 – Gabarito mantido letra E

Para resolver a questão, é necessário operar com números reais, e podemos fazer isso seguindo a seguinte sequência de operações:

Multiplicamos um número por 2,5, isto é, $2,5x$, pois não sabemos que número é.

Em seguida, subtraímos 3,75 desse número, fazendo $2,5x - 3,75$.

Ao final, dividimos esse número por 0,5, fazendo $\frac{2,5x - 3,75}{0,5}$.

Por fim, somamos 1,2 com tudo, ou seja, $\frac{2,5x - 3,75}{0,5} + 1,2$. Isso tudo é igual a 10, pelo enunciado da questão.

$$\frac{2,5x - 3,75}{0,5} + 1,2 = 10$$

Logo, para resolver a questão, fazemos:

$$\frac{2,5x - 3,75}{0,5} = 10 - 1,2$$

$$\frac{2,5x - 3,75}{0,5} = 8,8$$

$$2,5x - 3,75 = 8,8 \times 0,5$$

$$2,5x = 4,4 + 3,75$$

$$2,5x = 8,15$$

$$x = 3,26$$

Fica mantida a alternativa E como correta.

Questão 29 – Gabarito mantido letra B

O item I está incorreto, pois a equivalência seria “Se Gabriela não for aprovada, então ela não estudou para o vestibular. Desse modo, “Se p, então q” é equivalente a “Se $\sim q$, então $\sim p$ ” e não à proposição “Se $\sim p$, então $\sim q$ ”. Item II. Está correto, pois a segunda afirmativa é a negação da primeira. Negamos o “todo” por meio de um quantificador existencial.

Item III. Está incorreto, pois se trata de uma sentença aberta, segundo a lógica proposicional. Assim, fica mantida a alternativa B.

Questão 30 – Gabarito mantido letra C

Para resolver essa questão, precisamos recorrer à álgebra, pois ainda não sabemos qual número é:

$$x \cdot x - 11x = 26$$

Sendo assim, deixamos essa equação na forma reduzida para aplicar a fórmula, fazendo:

$$\begin{aligned} x &= \frac{-(-11) \pm \sqrt{(-11)^2 - 4 \cdot 1 \cdot (-26)}}{2 \cdot 1} \\ x &= \frac{11 \pm \sqrt{121 + 104}}{2} \\ x &= \frac{11 \pm \sqrt{225}}{2} \end{aligned}$$



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

$$x = \frac{11 \pm 15}{2}$$

$x' = 13$ e $x'' = -2$. O maior número é 13.
Fica mantida a alternativa C como a correta.

Questão 32 – Gabarito mantido letra C

Para resolver a questão, vamos analisar todas as alternativas, de acordo com o que foi apresentado no gráfico: A alternativa A está incorreta, pois para o aterro sanitário foram enviados 15%, enquanto para os outros destinos foram enviados 10%, o que não corresponde ao dobro.

A alternativa B também está incorreta, pois 45% de 1 200 não é o dobro de 30% de 1 200.

A alternativa C está correta, pois $1\ 200 \times 0,45 = 540$.

A alternativa D está incorreta, pois $1\ 200 \times 0,30 = 360$ e $1\ 200 \times 0,10 = 120$. Essa diferença é de 240 toneladas, e não 120.

A alternativa E é falta, pois 50% de 1 200 = 600, e não 660.

Logo, a alternativa C é a única verdadeira, ficando o gabarito mantido.

Questão 34 – Gabarito mantido letra B

Para resolver a questão, basta formular a seguinte equação do primeiro grau:

Seja x a distância total prevista. Sabemos que na primeira etapa, o atleta percorreu $\frac{1}{3}x$. Logo, restou $x - \frac{1}{3}x = \frac{2}{3}x$.

Já na segunda etapa, ele percorreu $\frac{3}{5}$ da distância restante, ou seja, $\frac{3}{5} \cdot \frac{2}{3}x$. Simplificando, temos $\frac{2}{5}x$.

Então, ainda faltou $\frac{2}{3}x - \frac{2}{5}x$. Resolvendo a equação, chegamos em $\frac{4}{15}x$.

Segundo o enunciado, essa parte corresponde a 16km, ou seja, $\frac{4}{15}x = 16$.

Assim, $4x = 240$ e $x = 60$ km, sendo a alternativa B a única correta.

Questão 35 – Gabarito mantido letra B

Para resolver a questão, podemos utilizar a fórmula da união de conjuntos:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$

Substituindo os valores do enunciado da questão, temos que $28 + 20 - 8 = 40$

Logo, 40 alunos praticam pelo menos um dos esportes.

Como 7 não praticam nenhum esporte, temos que $40 + 7 = 47$.

A alternativa B é a única correta.

• INFORMÁTICA

QUESTÃO 36 – Gabarito mantido letra A

A questão avalia a mecânica básica de referências absolutas e relativas do Excel. O enunciado é claro ao solicitar especificamente a "fórmula resultante", e a atualização sintática de uma fórmula no arraste independe do valor contido na célula.

A argumentação de reindexação de matrizes não se aplica, pois a sintaxe apresentada ($=SOMA(\$A\$1:B1)$) usa referências padrão, não referências estruturadas. O funcionamento da alça de preenchimento é posicional e determinístico, não havendo erro ou ambiguidade.

A alternativa "A" é inequivocadamente correta porque o uso do cifrão ($\$A\1) trava a referência de forma absoluta, impedindo alterações no preenchimento. Já B1 é uma referência relativa. Ao arrastar a alça uma linha para baixo, o Excel atualiza a linha da referência relativa em uma unidade, resultando em B2. As demais alternativas estão incorretas, pois apresentam resultados equivocados. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 37 – Gabarito mantido letra C

A alegação de que malwares modernos possuem múltiplas funções não anula a taxonomia técnica exigida na literatura de segurança da informação. As pragas virtuais são classificadas por sua ação principal. O enunciado pede a descrição do comportamento do Ransomware. As alternativas incorretas descrevem, com exatidão, comportamentos exclusivos de outros tipos de malware bem definidos; como Keylogger, Worm, Adware e Trojan. Não há sobreposição conceitual nas opções apresentadas.

A alternativa "A" está incorreta porque descreve o comportamento de um Keylogger, projetado especificamente para capturar o que é digitado no teclado.

A alternativa "B" está incorreta porque define a ação de um Worm, que tem como foco a replicação autônoma pela rede explorando vulnerabilidades.

Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A alternativa "C" está correta porque a principal característica que define e nomeia um Ransomware é o bloqueio do sistema ou a criptografia dos dados seguida da exigência de um resgate (ransom) financeiro. A alternativa "D" está incorreta porque descreve a operação de um Adware (ou Browser Hijacker), cujo objetivo é injetar propaganda e redirecionar a navegação. A alternativa "E" está incorreta porque descreve o funcionamento de um Trojan (Cavalo de Tróia) de acesso remoto, focado em abrir portas no sistema para controle por terceiros, sem envolver criptografia de arquivos.

Questão 38 – Gabarito mantido letra B

O fato de o Word permitir que o usuário mude a orientação através do atalho "Aplicar a: Texto selecionado" não anula a exigência técnica da questão. Quando o usuário utiliza essa automação, o software obrigatoriamente insere as Quebras de Seção em segundo plano. É impossível que um mesmo documento tenha páginas em retrato e paisagem simultaneamente sem a existência da funcionalidade "Quebra de Seção" dividindo essa estrutura. Assim, a Quebra de Seção permanece como o único requisito estrutural, validando a Alternativa B como a única correta dentre as alternativas apresentadas. Analisando as demais alternativas, tem-se: A alternativa "A" está incorreta porque a "Quebra de Página" apenas empurra o texto para a próxima folha, herdando obrigatoriamente a mesma orientação da página anterior. A alternativa "C" está incorreta porque a "Quebra de Coluna" atua apenas na distribuição do texto dentro da própria página, sem alterar a orientação do papel. A alternativa "D" está incorreta porque "Margens Espelhadas" é uma configuração de recuo para impressões frente e verso, não modificando o layout de retrato para paisagem. A alternativa "E" está incorreta porque a "Quebra de Disposição do Texto" serve apenas para ajustar o fluxo de palavras ao redor de objetos gráficos.

Diante do exposto, a questão não apresenta imprecisão técnica ou ambiguidade, mantendo-se o gabarito preliminar.

Questão 40 – Gabarito mantido letra D

Importante esclarecer que o conceito de "alucinação" não extrapola o edital. Pelo contrário, é o termo técnico fundamental, básico e indispensável para qualquer estudo sobre os "Limites da Inteligência Artificial" (tópico expressamente previsto no edital de abertura). A exigência de supervisão e transparência não é uma "generalização indevida", mas sim a aplicação básica dos princípios da Administração Pública ao uso de tecnologias.

A alternativa "A" está incorreta porque o processamento em nuvem não isenta nenhum órgão público de cumprir as diretrizes de proteção de dados impostas pela LGPD. A alternativa "B" está incorreta porque contraria o texto da lei. A LGPD garante ao cidadão o direito de solicitar a revisão de decisões tomadas de forma 100% automatizada. A alternativa "C" está incorreta porque dados devidamente anonimizados deixam de ser considerados dados pessoais, perdendo sua classificação de risco original segundo a LGPD. A alternativa "D" está correta porque "alucinação" é o limite técnico inerente às IAs generativas (geração de respostas incorretas com tom de certeza). Justamente por esse risco, a implementação dessas ferramentas no setor público exige auditoria humana e transparência. A alternativa "E" está incorreta porque a base legal para o tratamento de dados não tem relação com a localização física dos servidores. Hospedar a aplicação localmente na prefeitura não dispensa o cumprimento da lei.

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR TÉCNICO

• LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 04 – Gabarito mantido letra E

A primeira afirmação é falsa, pois o texto indica que a proteção dos animais é uma responsabilidade compartilhada. A segunda é verdadeira, já que o texto, no penúltimo parágrafo, recomenda verificar se o município possui canais específicos para denúncias. A terceira também é verdadeira, pois menciona que, em casos envolvendo adolescentes, a resposta deve incluir a família e a rede de proteção.

Questão 10 – Gabarito alterado letra E

A palavra destacada é um advérbio. Sendo assim, exerce a função de adjunto adverbial. Dessa forma, a alternativa "E" apresenta a indicação correta, ficando o gabarito alterado.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

• LEGISLAÇÃO

Questão 11 – Gabarito mantido letra A

O enunciado fixa três premissas: pedido regular, informação não disponível de imediato e utilização válida do prazo complementar. À luz dos arts. 10 e 11 da Lei nº 12.527/2011, primeiro se recebe o pedido, depois se examina a possibilidade de acesso imediato; se o prazo for validamente prorrogado, a ciência motivada da prorrogação deve anteceder a resposta final expedida dentro do prazo ampliado.

Assim, apenas a alternativa “A” está correta, pois apresenta a ordem III – II – I – IV, ficando mantido o gabarito.

Questão 12 – Gabarito mantido letra B

Os prazos cobrados constam expressamente do art. 177, I, II e III, e § 2º, da Lei Municipal nº 6.055/2006, diploma incluído no conteúdo programático. A eventual semelhança com outro estatuto não transforma a questão em cobrança de legislação federal.

A alternativa “A” está incorreta, pois associa advertência, suspensão e penalidades graves a prazos diversos dos previstos na lei municipal.

A alternativa “B” está correta, pois suspensão prescreve em 2 anos; demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de função de confiança, em 5 anos; advertência, em 180 dias; e infração também capitulada como crime segue a prescrição penal.

A alternativa “C” está incorreta, pois troca os prazos de suspensão e das penalidades mais graves.

A alternativa “D” está incorreta, pois atribui 5 anos à advertência e 180 dias às penalidades mais graves.

A alternativa “E” está incorreta, pois não corresponde a nenhuma das associações estabelecidas pelo art. 177.

Questão 15 – Gabarito mantido letra A

O art. 3º da Lei Municipal nº 6.570/2008 define o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos como composto pelo quadro permanente, com seus cargos e grupos ocupacionais. Outros vínculos eventualmente existentes na Administração não integram, por esse fato, a composição específica do plano.

A alternativa “A” está correta, pois reproduz a composição legal do plano.

A alternativa “B” está incorreta, pois reduz a estrutura a quadro permanente e funções gratificadas, excluindo cargos e grupos ocupacionais.

A alternativa “C” está incorreta, pois empregos públicos e contratações temporárias não compõem o plano na forma do art. 3º.

A alternativa “D” está incorreta, pois a lei não restringe a aplicação a servidores celetistas anteriores ao regime jurídico único.

A alternativa “E” está incorreta, pois o diploma também disciplina vencimentos e não remete toda a matéria a decreto.

Questão 17 – Gabarito mantido letra C

A questão pergunta se gratificação eventual paga durante atividade temporária deve ampliar automaticamente futuro benefício. O art. 7º, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Municipal nº 5.700/2005 distingue parcelas permanentes, verbas temporárias incorporadas e hipótese específica de inclusão facultativa de determinados acréscimos funcionais. O caso não informa enquadramento nessa exceção nem opção do segurado.

A alternativa “A” está incorreta, pois habitualidade por alguns meses e contribuição não geram incorporação automática.

A alternativa “B” está incorreta, pois a incidência contributiva isolada não substitui o exame da natureza da parcela e das hipóteses legais.

A alternativa “C” está correta, pois afasta a automaticidade e exige a análise da natureza da verba e das hipóteses legalmente previstas, inclusive eventuais exceções.

A alternativa “D” está incorreta, pois condiciona qualquer consideração da verba temporária à sua conversão em parcela permanente, embora a lei admita inclusão facultativa de certos acréscimos temporários na base de contribuição.

A alternativa “E” está incorreta, pois cria distinção entre benefícios sem suporte na disciplina indicada.

Questão 18 – Gabarito mantido letra C

A questão aplica a redação vigente do art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 138/2025 passou a admitir, com compatibilidade de horários, um cargo de professor com outro de qualquer natureza, e o inciso XVII estende a proibição de acumular às entidades da Administração indireta.

Apenas a alternativa “C” está correta, pois a sequência é V – V – F, ficando mantido o gabarito.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

• RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

Questão 26 – Gabarito mantido letra B

O item I está incorreto, pois a equivalência seria “Se Gabriela não for aprovada, então ela não estudou para o vestibular. Desse modo, “Se p, então q” é equivalente a “Se $\sim q$, então $\sim p$ ” e não à proposição “Se $\sim p$, então $\sim q$ ”. Item II. Está correto, pois a segunda afirmativa é a negação da primeira. Negamos o “todo” por meio de um quantificador existencial.

Item III. Está incorreto, pois se trata de uma sentença aberta, segundo a lógica proposicional. Assim, fica mantida a alternativa B.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO – NÍVEL TÉCNICO

• TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Questão 34 – Gabarito mantido letra B

A questão versa sobre as disposições da Lei nº 8.080/1990 e da Lei nº 8.142/1990. A assertiva IV está indiscutivelmente incorreta ao afirmar que a descentralização político-administrativa no SUS pressupõe distribuição de competências entre os entes federativos, mantendo centralização predominante das decisões financeiras e administrativas estratégicas no âmbito federal para garantir uniformidade operacional.

A afirmativa II é compatível com seus princípios organizativos, especialmente a regionalização, a hierarquização e a organização da rede de serviços de saúde (arts. 7º e 8º). A regulação do acesso aos serviços especializados decorre da estrutura do SUS e é complementada por normas infralegais, não contrariando as Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990.

Assim, permanecem corretas as assertivas I, II, III e V, sendo a IV incorreta. Mantém-se, portanto, o gabarito da alternativa B.

• TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Questão 31 – Gabarito Anulado

A afirmativa I está correta, pois os diagramas de classes da UML permitem, de fato, representar o sistema em diferentes níveis de abstração, variando desde modelos conceituais de alto nível até especificações detalhadas de projeto para implementação. A afirmativa II também está correta, sendo um consenso doutrinário que o diagrama de classes é o artefato central no desenvolvimento orientado a objetos para modelar a estrutura estática e as inter-relações entre classes. Por fim, a afirmativa III é verdadeira, visto que a representação visual na UML prevê a expansão do símbolo gráfico (o retângulo da classe) em compartimentos para a exposição explícita de atributos e operações, conforme as normas de notação da linguagem. Como todas as afirmativas (I, II e III) são verdadeiras e não há alternativa no gabarito preliminar que contemple essa sequência, a questão apresenta vício de formulação que impede a escolha de uma alternativa correta, ficando anulado o gabarito.

Questão 36 – Gabarito Anulado

O enunciado da questão apresenta ambiguidade, que pode induzir a erro. Assim, fica anulado o gabarito.

• TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Questão 31 – Gabarito mantido letra A

A alternativa "A" está correta porque, tecnicamente, o endereço IPv4 é composto por 32 bits, organizados em 4 octetos, e cada endereço é obrigatoriamente associado a uma interface (ponto de conexão) de um *host* ou roteador.

Em redes de computadores, o termo "interface" é a terminologia padrão para descrever o ponto de interconexão entre um dispositivo e o meio de transmissão. A ausência do adjetivo "de rede" não altera o sentido técnico da afirmação tampouco gera ambiguidade, pois o endereçamento IP é, por definição, atribuído a interfaces de rede. A alternativa "B" está incorreta porque o endereço IPv4 possui, sim, uma estrutura interna composta por parte de rede e parte de *host*, fundamental para o funcionamento de sub-redes.

A alternativa "C" está incorreta porque o CIDR (*Classless Inter-Domain Routing*) utiliza máscara de sub-rede de comprimento variável (*variable length*), e não de comprimento fixo.

A alternativa "D" está incorreta porque um endereço IPv4 possui 32 bits, e não 64 bits (o comprimento de 64 bits

Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

refere-se a sub-redes IPv6).

A alternativa "E" está incorreta porque, embora o DHCP seja amplamente utilizado, o IPv4 permite a configuração de endereços de forma manual (estática) em qualquer dispositivo.

Questão 33 – Gabarito mantido letra A

O enunciado solicita a identificação do fluxo técnico padrão de emissão, considerando o ordenamento das etapas. Dessa forma, o fluxo de emissão de certificados digitais segue uma lógica processual rígida: primeiro, o requerente gera o par de chaves e a CSR (etapa de solicitação); em seguida, submete a CSR e os documentos comprobatórios; após essa submissão, a Autoridade Certificadora (CA) realiza a conferência e validação da identidade para, por fim, assinar e emitir o certificado, e, por conseguinte, disponibilizar o certificado emitido. A ordem cronológica apresentada na alternativa "A" está tecnicamente correta sob a ótica dos procedimentos de ICP, não havendo sobreposição que inviabilize a ordenação exigida. Assim, fica mantido o gabarito.

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR SUPERIOR - TURNO MANHÃ

• LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 02 – Gabarito mantido letra D

O período apresenta o substantivo próprio "Guimarães Rosa" e o substantivo comum "sertão" e "gente". Não há substantivo epiceno, pois esse tipo de substantivo é utilizado para designar animais com um único gênero gramatical. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 03 - Gabarito mantido letra A

O termo "longas distâncias" completa o sentido do verbo "percorrer", que é transitivo direto (quem percorre, percorre algo). Assim, "longas distâncias" exerce a função de objeto direto.

Questão 04 – Gabarito mantido letra E

Em "assistia a um documentário", ocorre apenas a preposição "a", exigida pelo verbo "assistir". Em "retomar a leitura", há apenas o artigo "a", pois o verbo "retomar" não exige preposição. Já em "pertencem apenas à geografia", ocorre crase pela fusão da preposição "a", exigida pelo verbo "pertencer", com o artigo feminino "a".

Questão 06 – Gabarito anulado

A questão apresenta dubiedade de entendimento, que pode induzir à erro. Dessa forma, anula-se o gabarito.

Questão 07 – Gabarito mantido letra A

As vírgulas separam os termos "a memória", "a arte", "a fé", que constituem uma enumeração de elementos com a mesma função sintática na oração.

• LEGISLAÇÃO

Questão 11 – Gabarito mantido letra D

O caso versa sobre projeto parlamentar que cria vantagem pecuniária permanente para servidores do Poder Executivo. O art. 72 da Lei Orgânica Municipal reserva ao Executivo a iniciativa de leis que fixem vencimentos e vantagens de servidores. A sanção posterior não sana vício formal de iniciativa reservada.

A alternativa "A" está incorreta, pois a competência legislativa local não afasta a reserva de iniciativa.

A alternativa "B" está incorreta, pois a generalidade ou isonomia da vantagem não corrige vício formal.

A alternativa "C" está incorreta, pois o vício independe do exercício financeiro em que a despesa produzirá efeitos.

A alternativa "D" está correta, pois identifica a reserva de iniciativa do Poder Executivo prevista na Lei Orgânica.

A alternativa "E" está incorreta, pois a sanção do Prefeito não convalida projeto iniciado por autoridade incompetente em matéria reservada.

Questão 12 – Gabarito mantido letra B

Os arts. 120 e 121 da Lei Municipal nº 6.055/2006 disciplinam a licença por doença em pessoa da família, exigindo servidor ocupante de cargo efetivo, comprovação médica, familiar legalmente abrangido, indispensabilidade da assistência direta e incompatibilidade com o exercício do cargo. A palavra "familiares" na alternativa correta remete aos familiares enumerados pela própria lei, não a qualquer pessoa sem vínculo legal.

Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A alternativa “A” está incorreta, pois restringe indevidamente o rol a cônjuge e filhos menores e desconsidera o regime legal de remuneração.

A alternativa “B” está correta, pois reúne os requisitos decisivos da licença e deve ser lida em relação ao rol legal de familiares.

A alternativa “C” está incorreta, pois declaração particular não substitui comprovação médica nem os demais requisitos.

A alternativa “D” está incorreta, pois a licença não é automática e exige verificação administrativa da indispensabilidade.

A alternativa “E” está incorreta, pois a lei não condiciona o afastamento ao esgotamento prévio de férias ou banco de horas.

Questão 14 – Gabarito mantido letra D

O art. 37, V, da Constituição Federal limita funções de confiança e cargos em comissão às atribuições de direção, chefia e assessoramento. A previsão em lei, a alegação de eficiência ou a presença de servidores de carreira não altera a natureza material das atribuições técnicas permanentes e administrativas ordinárias descritas no enunciado.

A alternativa “A” está incorreta, pois a lei municipal não pode ampliar as hipóteses constitucionais de provimento em comissão.

A alternativa “B” está incorreta, pois a limitação alcança tanto cargos em comissão quanto funções de confiança.

A alternativa “C” está incorreta, pois atribuições técnicas permanentes também não se tornam comissionadas sem conteúdo de direção, chefia ou assessoramento.

A alternativa “D” está correta, pois reproduz a destinação constitucional desses vínculos.

A alternativa “E” está incorreta, pois o percentual de servidores de carreira não convalida cargos cujas atribuições sejam materialmente incompatíveis com o art. 37, V.

Questão 15 – Gabarito mantido letra B

O art. 20, caput e § 1º, da Lei nº 13.709/2018 assegura ao titular solicitar revisão de decisão tomada unicamente com base em tratamento automatizado que afete seus interesses e obter informações claras e adequadas sobre critérios e procedimentos, observados os segredos comercial e industrial. O dispositivo não exige entrega integral do código-fonte.

A alternativa “A” está incorreta, pois eficiência administrativa não afasta os direitos previstos na LGPD.

A alternativa “B” está correta, pois reproduz os direitos de revisão e informação aplicáveis ao caso.

A alternativa “C” está incorreta, pois o art. 20 não se restringe a decisões de crédito privado.

A alternativa “D” está incorreta, pois a LGPD preserva segredos comercial e industrial e não impõe entrega automática do código-fonte.

A alternativa “E” está incorreta, pois dados inseridos em sistema oficial não deixam, por isso, de ser dados pessoais.

Questão 17 – Gabarito mantido letra E

O art. 16 da Lei nº 8.429/1992 confere à indisponibilidade natureza cautelar e assecuratória, exige demonstração concreta de perigo de dano irreparável ou risco ao resultado útil do processo e limita a constrição ao valor necessário à recomposição do erário ou ao acréscimo patrimonial ilícito, sem inclusão automática de futura multa civil. No caso narrado, faltou o risco concreto e o pedido incluiu parcela incompatível com a medida.

A alternativa “A” está incorreta, pois a indisponibilidade não abrange automaticamente multa civil e honorários nem dispensa os requisitos cautelares.

A alternativa “B” está incorreta, pois a reforma não extinguiu a medida de indisponibilidade.

A alternativa “C” está incorreta, pois a medida não tem finalidade sancionatória voltada à futura multa civil.

A alternativa “D” está incorreta, pois o recebimento da inicial não produz indisponibilidade automática.

A alternativa “E” está correta, pois, no contexto do dano indicado no enunciado, identifica a finalidade assecuratória da medida; essa afirmação não dispensa os demais requisitos legais, cuja ausência foi expressamente narrada.

Questão 20 – Gabarito mantido letra D

O art. 17-B da Lei nº 8.429/1992 admite acordo de não persecução cível, inclusive no curso da ação, mas exige, entre outros resultados, integral ressarcimento do dano e reversão da vantagem indevida à pessoa jurídica lesada. A expressão “o acordo” da alternativa D refere-se à proposta concreta descrita no enunciado, que suprimiu ambos os requisitos.

A alternativa “A” está incorreta, pois a autonomia negocial não permite afastar requisitos legais obrigatórios.

A alternativa “B” está incorreta, pois homologação judicial não sana conteúdo contrário ao art. 17-B.

A alternativa “C” está incorreta, pois o acordo é juridicamente admitido após o ajuizamento.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A alternativa “D” está correta, pois a proposta narrada é inválida ou insuscetível de homologação nos termos apresentados.

A alternativa “E” está incorreta, pois o acordo não é obrigatório pelo simples reconhecimento de erro formal.

• RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

Questão 21 – Gabarito mantido letra A

Primeiramente, vamos verificar quais elementos correspondem a cada conjunto:

$A = \{x \in N \mid x \text{ é divisor de } 60\}$, sabemos que os divisores de 60 são $\{1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 12, 15, 20, 30, 60\}$, uma vez que divisores de um número são todos os números inteiros que, ao dividirem esse número, deixam resto igual a zero

$B = \{x \in N \mid x \text{ é múltiplo de } 4 < x < 25\}$, sabemos que os múltiplos de 4 entre 4 e 25 são $\{8, 12, 16, 20, 24\}$

$C = \{x \in N \mid x \text{ é primo e } x < 20\}$ sabemos que os números primos menores que 20 são $\{2, 3, 5, 7, 11, 13, 17\}$

Desse modo, ao fazer $A \cap B \cup (B \cap C)$

$\{12, 20\} \cup \{ \}$ ou seja, 2 elementos.

Desse modo, apenas a alternativa A está correta.

Questão 22 – Gabarito mantido letra E

Para descobrir as raízes da equação, podemos recorrer à fórmula de bhaskara, fazendo:

$$x = \frac{-4 \pm \sqrt{4^2 - 4 \cdot 2 \cdot (-6)}}{2 \cdot 2}$$

$$x = \frac{-4 \pm \sqrt{16 + 48}}{4}$$

$$x = \frac{-4 \pm 8}{4}$$

Desse modo, as raízes são 1 e -3, cujo produto é -3.

Questão 24 – Gabarito mantido letra E

Primeiramente, Ana começou com o número 0,3, representado em dízima periódica, isto é, 0,3333, que equivale a $\frac{1}{3}$.

Em seguida, ela multiplicou esse número por 3^2 , ou seja, fez $\frac{1}{3} \cdot 3^2$, obtendo 3.

No próximo passo, ela somou o resultado com o próximo termo da sequência, que cresce de 4 em 4. Desse modo, ela somou $3 + 4$, obtendo 7. Finalmente, no último passo, ela elevou o número ao quadrado, isto é, $7^2 = 49$.

Importante destacar que o traço sobre um ou mais algarismos, indica o período e significa que esses algarismos se repetem, caracterizando uma dízima periódica. A dízima periódica é uma representação decimal de um número racional e todo número racional periódico pertence ao conjunto dos números reais. Ademais, o conteúdo de “operações entre números reais” está expresso junto aos conteúdos programáticos do edital.

Por esse motivo, não ocorrem problemas em sua resolução, a questão só possui apenas uma resposta possível, a alternativa E, e o gabarito está mantido.

Gabarito 28 – Gabarito mantido letra A

O enunciado informa que o pagamento foi antecipado para 3 meses e, em razão dessa antecipação, Joaquim reduziu os juros pela metade como forma de incentivo. A interpretação lógica e financeiramente adequada é que a taxa de juros inicialmente pactuada de 2% ao mês foi reduzida para 1% ao mês, incidindo sobre o período efetivo da operação, de 3 meses. Não há fundamento para calcular juros relativos ao prazo originalmente previsto de 5 meses, uma vez que a dívida foi quitada antecipadamente.

Precisamos entender que Pedro pagou o valor em 3 meses, e os juros, se foram cobrados por Joaquim pela metade, foram de 1%, não de 2%. Assim, pela fórmula dos juros, temos: $J = C \cdot i \cdot t$



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

$$J = 1200,01.3$$

$$J = 36,00$$

O valor total a ser devolvido por Pedro é de 1 200 + 36, ou seja, R\$ 1 236,00.

Dessa forma, o enunciado não apresenta ambiguidade capaz de ensejar dupla interpretação ou justificar a anulação da questão, permanecendo válida a alternativa A.

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR SUPERIOR - TURNO TARDE

• LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01 – Gabarito mantido letra B

A alternativa B (F – V – F) é a correta, pois o texto não afirma que menores de 18 anos são proibidos de ter perfis em redes sociais, apenas estabelece restrições para menores de 16 anos; reconhece que os indicadores dos meninos também preocupam, mas enfatiza que a situação das meninas é mais grave; e informa que a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense) foi realizada em escolas de todo o país, sendo a menção a Porto Alegre, Recife e Manaus apenas exemplificativa, e não uma indicação de que a pesquisa ocorreu exclusivamente nas capitais.

Questão 02 – Gabarito mantido letra D

O enunciado solicita a informação da função sintática do termo destacado na frase apresentada. Assim, palavra destacada retoma “dia” e, dentro do contexto em que se encontra, funciona como adjunto adverbial.

Questão 03 – Gabarito mantido letra B

As aspas foram utilizadas para marcar uma citação direta, ou seja, reproduzir exatamente a fala do advogado da jovem: “o veredito de hoje é um recado de um júri para toda uma indústria”. Nesse caso, o autor do texto incorpora ao seu discurso a fala de outra pessoa, utilizando as aspas para indicar a presença do discurso de outrem.

Questão 04 – Gabarito mantido letra C

A conjunção “mas” indica oposição, podendo ser substituída por “porém”, “entretanto”, “todavia” ou “contudo”. Já “mas também” expressa ideia de adição, alterando o sentido do período.

Questão 05 – Gabarito mantido letra B

No primeiro caso, em “de 13 a 17 anos”, não há crase, pois ocorre apenas a indicação de intervalo entre números. Em “sente que a vida não vale a pena”, não ocorre crase porque “a vida” é apenas o sujeito da oração, sem preposição, e a expressão “valer a pena” não recebe crase.

Questão 06 – Gabarito mantido letra D

A palavra “judicialmente” é um advérbio de modo, pois indica a maneira como as plataformas foram responsabilizadas (de forma judicial).

Questão 07 – Gabarito mantido letra D

Em “Os dados mostram que 43% das meninas relatam sofrimento emocional grave.”, a conjunção “que” introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido do verbo “mostram”, que é transitivo direto.

Questão 09 – Gabarito mantido letra E

No trecho “Saber disso e não agir também é uma escolha”, a palavra “também” é um advérbio que acrescenta a ideia de inclusão, indicando que, além de saber disso e não agir, essa atitude igualmente representa uma escolha.

Questão 10 – Gabarito mantido letra E

O período “O Brasil não está parado.” é simples, pois apresenta apenas uma oração, com um único verbo (“está”). O sujeito “O Brasil” é determinado simples, pois está claramente identificado. Além disso, o termo “não” exerce função de adjunto adverbial de negação, modificando o sentido do verbo “estar”. Portanto, as três afirmativas estão corretas.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

• LEGISLAÇÃO

Questão 11 – Gabarito mantido letra B

O enunciado declara expressamente que se pretende investir pessoa em cargo efetivo por livre escolha da autoridade, além de restringir o acesso por nacionalidade e residência. A denominação “edital interno” não altera a natureza constitucional da investidura. Aplicam-se os incisos I e II do art. 37 da Constituição Federal.

A alternativa “A” está incorreta, pois lei municipal não pode substituir concurso público por escolha interna para cargo efetivo.

A alternativa “B” está correta, pois exige concurso, ressalva cargos em comissão e reproduz a regra constitucional de acessibilidade.

A alternativa “C” está incorreta, pois cargo efetivo municipal comum não pode ser reservado genericamente a brasileiros natos.

A alternativa “D” está incorreta, pois a invalidade alcança também as restrições genéricas de nacionalidade e residência.

A alternativa “E” está incorreta, pois entrevista, análise curricular ou processo seletivo interno não equivalem ao concurso exigido pelo art. 37, II.

Questão 12 – Gabarito mantido letra C

A primeira assertiva corresponde ao art. 109 da Lei Orgânica Municipal. A segunda reproduz a competência expressamente qualificada como privativa no art. 110, VII, para fiscalizar e solicitar informações à Administração local. O termo não nega ou exclui a existência de controle interno, Tribunal de Contas, Ministério Público, controle social ou direito de acesso; apenas identifica a atribuição orgânica da Câmara. A terceira é falsa porque o parecer prévio do Tribunal de Contas não substitui o julgamento político-administrativo das contas pelo Legislativo.

Assim, apenas a alternativa “C” está correta, pois a sequência é V – V – F.

Questão 13 – Gabarito mantido letra D

Os arts. 14 e 15 da Lei Municipal nº 6.055/2006 fixam posse em 10 dias da publicação da nomeação, prorrogáveis por igual período, e exercício em 5 dias da posse, tornando sem efeito o ato de nomeação quando não observados os prazos. O enunciado reúne as duas possíveis inobservâncias para exigir a identificação conjunta das regras; a consequência indicada aplica-se à falta de posse ou de exercício no prazo legal.

A alternativa “A” está incorreta, pois erra o prazo de exercício e limita indevidamente a consequência à ausência de posse.

A alternativa “B” está incorreta, pois a falta de exercício não gera apenas apuração disciplinar posterior.

A alternativa “C” está incorreta, pois altera o prazo de posse e restringe indevidamente a consequência.

A alternativa “D” está correta, pois reproduz os dois prazos e a consequência prevista na lei.

A alternativa “E” está incorreta, pois cria prazo de 30 dias e convocação específica não previstos nos dispositivos.

Questão 14 – Gabarito mantido letra E

As assertivas reproduzem os arts. 165, XII, 166, caput e § 1º, e 177, I, II e III, da Lei Municipal nº 6.055/2006. A concessão de prazo para opção não elimina as consequências legais; comprovada a má-fé, a lei alcança ambos os vínculos e determina devolução dos valores indevidamente percebidos.

A alternativa “A” está incorreta, pois as três assertivas são verdadeiras.

A alternativa “B” está incorreta, pois a segunda e a terceira assertivas também são verdadeiras.

A alternativa “C” está incorreta, pois a segunda assertiva corresponde ao § 1º do art. 166.

A alternativa “D” está incorreta, pois a primeira assertiva corresponde ao caput do art. 166.

A alternativa “E” está correta, pois a sequência é V – V – V.

Questão 15 – Gabarito mantido letra B

O enunciado não descreve mera irregularidade objetiva: afirma vontade livre e consciente, ocultação de irregularidade, ausência de sigilo legal e finalidade de favorecer terceiro. Esses elementos atendem à exigência de dolo e finalidade ilícita e permitem o enquadramento, em tese, na negativa indevida de publicidade de ato oficial prevista no art. 11, IV, da Lei nº 8.429/1992. Dano ao erário ou enriquecimento ilícito não são requisitos autônomos desse tipo.

A alternativa “A” está incorreta, pois a ausência de dano ou enriquecimento não torna atípica conduta dolosa enquadrável no art. 11.

A alternativa “B” está correta, pois reconhece a possibilidade de ato de improbidade contra princípios diante dos elementos subjetivos e objetivos narrados.

A alternativa “C” está incorreta, pois não há dano patrimonial comprovado para enquadramento no art. 10.

A alternativa “D” está incorreta, pois a redação vigente não admite responsabilidade por simples violação objetiva.

A alternativa “E” está incorreta, pois o tipo não se restringe à autoridade que autoriza ou ordena despesa.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Questão 16 – Gabarito mantido letra C

O art. 11, §§ 1º e 2º, da Lei nº 12.527/2011 prevê resposta em até 20 dias quando o acesso imediato não for possível e admite prorrogação por mais 10 dias, mediante justificativa expressa e ciência do requerente.

A alternativa “A” está incorreta, pois o prazo ordinário não é de 10 dias.

A alternativa “B” está incorreta, pois a lei não estabelece 15 dias para resposta nem para prorrogação.

A alternativa “C” está correta, pois apresenta 20 dias e mais 10 dias.

A alternativa “D” está incorreta, pois a prorrogação não pode ser de mais 20 dias.

A alternativa “E” está incorreta, pois amplia ambos os prazos sem base legal.

Questão 18 – Gabarito mantido letra B

A pretensão formulada é de inclusão “sem distinção” de horas extraordinárias e adicional de insalubridade temporário. A Lei Municipal nº 5.700/2005 vincula o cálculo à remuneração de contribuição e, no art. 98, IX e XIII, exclui dessa remuneração a gratificação por serviço extraordinário e os adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade. A regra geral de cálculo não afasta essas exclusões específicas.

A alternativa “A” está incorreta, pois habitualidade e contribuição não transformam automaticamente verbas excluídas ou transitórias em parcelas permanentes.

A alternativa “B” está correta, pois rejeita a inclusão indistinta e exige observância da natureza das parcelas, das hipóteses legais e das exclusões previdenciárias. A expressão “transitórias ou indenizatórias” é geral e não afirma que todas as verbas citadas tenham idêntica natureza.

A alternativa “C” está incorreta, pois contribuição eventualmente descontada sobre horas extraordinárias não supera a exclusão legal nem gera integração automática ao benefício.

A alternativa “D” está incorreta, pois o transcurso do estágio probatório não incorpora adicional ligado a condição temporária de trabalho.

A alternativa “E” está incorreta, pois a natureza remuneratória enquanto pago não torna o adicional sempre integrante da remuneração de contribuição.

Questão 19 – Gabarito mantido letra C

O enunciado apresenta uma afirmação da Administração para ser julgada, e não uma premissa normativa verdadeira. O art. 2º da Lei Municipal nº 6.570/2008 determina que o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos observe o regime jurídico único; por isso, deve ser interpretado em conjunto com a Lei Municipal nº 6.055/2006. A presunção de legitimidade de atos administrativos não transforma a opinião hipotética narrada em regra jurídica.

A alternativa “A” está incorreta, pois o Plano não revoga nem substitui integralmente o Estatuto.

A alternativa “B” está incorreta, pois equivalência remuneratória e escolaridade não autorizam transposição entre cargos efetivos.

A alternativa “C” está correta, pois expressa a aplicação harmônica determinada pela legislação municipal.

A alternativa “D” está incorreta, pois servidores recém-nomeados também se submetem ao regime jurídico legal.

A alternativa “E” está incorreta, pois a Lei nº 6.570/2008 disciplina também cargos e carreiras, não apenas vencimentos.

Questão 20 – Gabarito mantido letra B

A questão solicita associação entre os núcleos conceituais de readaptação, reversão e recondução. O art. 22 da Lei Municipal nº 6.055/2006 define recondução como o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado; o parágrafo seguinte enumera suas causas, mas elas não precisam integrar a definição resumida para que a associação seja correta. As demais descrições igualmente reproduzem os elementos essenciais dos respectivos institutos.

A alternativa “A” está incorreta, pois associa readaptação ao retorno ao cargo anterior e recondução à limitação física ou mental.

A alternativa “B” está correta, pois a sequência correta é recondução, reversão e readaptação, isto é, 3 – 2 – 1.

A alternativa “C” está incorreta, pois confunde reversão com retorno ao cargo anterior e recondução com readaptação.

A alternativa “D” está incorreta, pois troca recondução e reversão.

A alternativa “E” está incorreta, pois atribui à readaptação o retorno de aposentado por invalidez.

• RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

Questão 22 – Gabarito mantido letra C

Para calcular a mediana, primeiramente, organizam-se os valores em ordem crescente (ou decrescente). Em



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

seguida, identifica-se o valor que ocupa a posição central da sequência. Se a quantidade de valores for par, a mediana será a média aritmética dos dois valores centrais.

Assim, temos: 18, 21, 24, 25, 30. Como há 5 valores, a mediana é o número que ocupa a posição central. Logo, Mediana = 24.

Questão 23 – Gabarito mantido letra B

A expressão "seu triplo" retoma o termo "número", único referente nominal expresso no enunciado, correspondendo à expressão matemática consagrada "o triplo de um número", isto é, $3x$. A interpretação de que o pronome possessivo faria referência ao resultado da operação anterior não encontra respaldo na estrutura sintática do texto nem na linguagem matemática usual. Caso a intenção fosse indicar o triplo do resultado obtido na primeira operação, o enunciado deveria mencionar expressamente "o triplo do resultado" ou construção equivalente. Dessa forma, a modelagem correta é $x^2 + 3x = 2x + 30$, não havendo ambiguidade que justifique a anulação da questão.

Para resolver a questão, temos que:

$$x \cdot x + 3x = 30 + 2x$$

$$x^2 + x - 30 = 0$$

Aplicando a fórmula de Bháskara, obtemos:

$$x = \frac{-1 \pm \sqrt{1^2 - 4 \cdot 1 \cdot (-30)}}{2 \cdot 1}$$
$$x = \frac{-1 \pm \sqrt{1 + 120}}{2}$$
$$x = \frac{-1 \pm 11}{2}$$

$$X' = \frac{10}{2} = 5$$

$$X' = \frac{-12}{2} = -6$$

Assim, o único número inteiro positivo é o 5. Alternativa B

Questão 24 – Gabarito mantido letra D

Em Teoria dos Conjuntos, a afirmação de que determinado número de alunos "participa dos clubes M e E" corresponde, por convenção matemática, à cardinalidade da interseção $M \cap E$, a qual inclui todos os elementos comuns aos dois conjuntos, inclusive aqueles que também pertencem a um terceiro conjunto. A informação posterior de que "2 alunos participam dos três clubes" apenas explicita a cardinalidade da interseção tripla, dado indispensável para a correta aplicação do Princípio da Inclusão-Exclusão. Caso a intenção fosse indicar alunos pertencentes exclusivamente a dois clubes, seria necessária redação expressa nesse sentido, utilizando termos como "apenas", "exclusivamente" ou "exatamente". Assim, a questão apresenta redação compatível com a terminologia matemática usual, não havendo ambiguidade capaz de comprometer sua resolução.

Desse modo, para resolver a questão, os dados podem ser organizados do seguinte modo:

$$M = 18; E = 15; T = 12$$

$$M \cap E = 7$$

$$M \cap T = 5$$

$$E \cap T = 4$$

$$M \cap E \cap T = 2$$

$$\text{Aplicamos a fórmula: } M \cup E \cup T = M + E + T - M \cap E - M \cap T - E \cap T + M \cap E \cap T$$

Substituindo:

$$M \cup E \cup T = 18 + 15 + 12 - 7 - 5 - 4 + 2 = 31$$

Ou seja, 31 alunos participam de pelo menos um clube.

Sabemos que 6 alunos não participam de nenhum, então o total de alunos é:

$$31 + 6 = 37.$$

O gabarito fica mantido para a alternativa D

Questão 29 – Gabarito mantido letra B

Para resolver a questão, podemos analisar todas as sentenças:

I. "A Terra gira em torno do Sol." É uma afirmação com valor lógico (verdadeira). → Proposição

II. "Apague a luz, por gentileza." É uma ordem. Não pode ser classificada como verdadeira ou falsa. → Não é proposição

III. " $0,5 + 0,1 = 0,6$." É uma afirmação matemática com valor lógico (verdadeira). → Proposição

IV. "Você já jantou?" É uma pergunta. Não tem valor lógico. → Não é proposição

Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

V. "Todo número par é divisível por 2." É uma afirmação com valor lógico (verdadeira). → Proposição Logo, a alternativa correta é a B, ficando o gabarito mantido.

Questão 30 – Gabarito mantido letra A

A redação do enunciado estabelece uma sequência cumulativa das tentativas ao afirmar que, na segunda tentativa, a atleta sobe "75% da altura que ainda faltava para alcançar o topo" e, posteriormente, que "na terceira tentativa, completa exatamente o restante da subida". As expressões "ainda faltava" e "restante da subida" dizem que as alturas alcançadas nas tentativas anteriores são acumuladas, inexistindo fundamento textual para interpretar que cada tentativa se inicia novamente da base da corda. Caso essa fosse a intenção, o enunciado deveria indicar expressamente que cada tentativa seria independente das anteriores. Assim, a questão apresenta redação clara e suficiente para conduzir a uma única interpretação, resultando corretamente em 0,6 m como distância percorrida na terceira tentativa.

A altura total da corda é de 4,8m. Na primeira tentativa, ela sobe 2,4m. Assim, faltam $4,8 - 2,4 = 2,4$ m.

Na segunda tentativa, ela sobe 75% do que faltava:

$75\% \text{ de } 2,4 = 0,75 \times 2,4 = 1,8$ m.

Agora, faltam $2,4 - 1,8 = 0,6$ m.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO – NÍVEL SUPERIOR

• ANALISTA DE SISTEMAS

Questão 31 – Gabarito mantido letra C

A alternativa "C" está correta porque engloba as três afirmativas, que refletem com precisão as diretrizes do Art. 3º da LAI. A publicidade é o preceito geral e o sigilo a exceção (transparência ativa e passiva) (I). A lei obriga a divulgação de dados de interesse público independentemente de solicitações (II) e determina o fomento à cultura de transparência (III).

A argumentação de que a expressão "(transparência passiva e ativa)" invalida a afirmativa I por não constar literalmente no texto da Lei nº 12.527/2011 demonstra uma interpretação restritiva que ignora a doutrina e a jurisprudência administrativa consolidada. A publicidade como preceito geral é a definição exata de transparência ativa (disponibilização proativa), enquanto o acesso à informação sob demanda (resguardado o sigilo como exceção) fundamenta a transparência passiva. Inserir a nomenclatura técnica consagrada pela Controladoria-Geral da União (CGU) para explicar o dispositivo legal enriquece a afirmativa e não a tornando incorreta.

Questão 33 – Gabarito mantido letra B

A alegação de que a questão cobra conceitos aprofundados que extrapolam o edital é infundada. O edital exige conhecimento sobre "Paradigmas de programação" e seus fundamentos estruturais são indissociáveis de cálculo de predicados, cláusulas de Horn e motor de inferência (resolução e unificação). Analisando as alternativas, temos:

A alternativa "A" está incorreta porque descreve a mecânica de linguagens de baixo nível (Assembly) e execução imperativa em hardware.

A alternativa "B" está correta porque define a estrutura técnica exata do paradigma lógico (como utilizado na linguagem Prolog). Os programas são construídos como bases de conhecimento baseadas em lógica simbólica (fatos e regras em cláusulas de Horn), e a execução ocorre através de um motor de inferência focado na resolução e unificação.

A alternativa "C" está incorreta porque descreve o alicerce clássico do paradigma imperativo, cujo foco é a transição de estados de memória através de atribuições.

A alternativa "D" está incorreta porque descreve a essência do paradigma funcional (composição de funções matemáticas puras sem mutação de estado).

A alternativa "E" está incorreta porque descreve a base do paradigma orientado a objetos (encapsulamento de dados e métodos).

Questão 36 – Gabarito mantido letra E

Sobre a terceira afirmativa, argumenta-se que os desenvolvedores gerenciam as transações na aplicação e, por isso, garantiriam o ACID. Isso é um erro conceitual grave de arquitetura. O desenvolvedor apenas sinaliza o escopo da transação (BEGIN/COMMIT). Quem *garante* matematicamente o isolamento, o rollback em falhas e a durabilidade física no disco é o motor do SGBD, mantido e configurado pelo DBA.

A afirmativa diz que essa garantia é "exclusivamente aos desenvolvedores, sem interferência do DBA", o que é

Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

patentemente falso. Sobre a segunda afirmativa, na literatura clássica (Date, Navathe, Korth), o DA lida com o modelo conceitual e requisitos negociais. Porém, a "definição" (implementação via DDL - Data Definition Language) do esquema externo (visões) no banco de dados, atribuindo permissões e mapeando para o esquema físico, é uma atribuição técnica primária do DBA.

A alternativa "A" está incorreta porque classifica erroneamente a terceira afirmativa como verdadeira.

A alternativa "B" está incorreta porque julga os dois primeiros itens como falsos, contrariando as definições básicas da literatura de banco de dados.

A alternativa "C" está incorreta porque inverte a lógica do segundo e do terceiro itens.

A alternativa "D" está incorreta porque julga o primeiro item como falso, ignorando a divisão clássica de governança, onde o DA atua de forma negocial/estratégica e o DBA de forma técnica.

A alternativa "E" está correta porque a sequência V-V-F é a única precisa. O DA lida com negócios e estratégia, enquanto o DBA foca no SGBD e infraestrutura (V). Compete tecnicamente ao DBA implementar o esquema externo (visões) via SGBD (V). O SGBD (gerido pelo DBA) é o garantidor estrutural das propriedades ACID, não sendo esta uma responsabilidade restrita aos desenvolvedores de software (F).

Questão 39 – Gabarito mantido letra C

A argumentação baseia-se na atualização do Scrum Guide 2020, que tornou flexível o formato da Daily Scrum e removeu a obrigatoriedade estrita de responder às "três perguntas" clássicas. Contudo, a flexibilização do formato não torna a descrição da alternativa "C" incorreta. O próprio Scrum Guide estabelece que o objetivo da cerimônia é inspecionar o progresso rumo à meta e ajustar o plano.

O formato descrito na alternativa "C" (relatar o que foi feito, o que será feito e apontar impedimentos) é o padrão e a prática mais amplamente adotada pela engenharia de software para cumprir esse objetivo. Além disso:

A alternativa "A" está incorreta porque o framework Scrum abomina a gestão de "comando e controle". O Scrum Master é um líder servidor e os desenvolvedores são autogerenciáveis.

A alternativa "B" está incorreta porque a Daily Scrum é uma reunião tática de curtíssimo prazo, restrita a um horizonte de planejamento de apenas um dia útil.

A alternativa "C" está correta porque descreve a dinâmica mais consagrada e amplamente aplicada na indústria para a condução da Daily Scrum. O time de desenvolvimento utiliza a reunião de forma tática para relatar progresso, expor gargalos/impedimentos e definir o plano de ataque para as próximas 24 horas.

A alternativa "D" está incorreta porque a Daily é um evento "para os desenvolvedores". Gerentes de projeto tradicionais não possuem papel de protagonismo nessa cerimônia.

A alternativa "E" está incorreta porque o Scrum Guide fomenta a colaboração orgânica contínua. As equipes não apenas podem, como devem se comunicar livremente a qualquer momento ao longo do dia, e não apenas nas cerimônias oficiais.

• **ANALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Questão 31 – Gabarito mantido letra E

A argumentação apresentada pelos candidatos baseia-se em interpretações restritivas que desconsideram o contexto da operação das ferramentas no mundo real. O uso da sigla conjunta "IDS/IPS" (frequentemente agrupada na literatura como IDPS) é o padrão consolidado da indústria para designar soluções de segurança integradas. A afirmativa III está correta ao apontar que esses "mecanismos" (no plural) podem identificar e responder a incidentes. A frase distribui a responsabilidade arquitetural de forma lógica: o módulo IDS identifica e o módulo IPS responde. Não há erro conceitual ou mistura de funções que invalide a oração.

Além disso, a alegação de que mecanismos IDS/IPS não respondem a ataques DoS é infundada. A afirmativa pontua que as ferramentas "podem ser configuradas" para tal, o que descreve uma funcionalidade técnica nativa (como a criação de regras de *rate-limiting* ou o descarte automatizado de pacotes anômalos em uma rede local). O fato de ataques massivos de negação de serviço distribuída (DoS) exigirem mitigação em camadas superiores de infraestrutura (roteadores de borda/firewalls) para não derrubar o próprio sensor não anula a capacidade técnica intrínseca do IPS de responder a picos anômalos. Abaixo, segue a justificativa objetiva:

A afirmativa I é falsa. Sistemas de Detecção de Intrusão (IDS) modernos não se limitam à leitura de cabeçalhos L3/L4; eles possuem capacidade total de realizar Inspeção Profunda de Pacotes (DPI) para analisar assinaturas e comportamentos maliciosos diretamente no *payload* (carga útil) da aplicação.

A afirmativa II está correta porque a identificação de varreduras de porta (*port scanning*) é uma função primária do monitoramento de um IDS.

A afirmativa III está correta porque soluções combinadas de IDS/IPS possuem a capacidade tanto de detecção (análise heurística e de assinaturas) quanto de resposta ativa (bloqueio de fluxos) contra padrões de ataques DoS.

Ficando mantido o gabarito.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Questão 34 – Gabarito mantido letra B

Os candidatos confundem conceitos de controle de acesso (autenticação) com os fundamentos teóricos de criptoanálise. A argumentação alega que a exaustão do espaço de chaves seria inviabilizada por mecanismos de defesa como *rate limiting*, bloqueio de contas ou contadores de tentativas em *smart cards*. Ocorre que essas proteções são barreiras de infraestrutura e gestão de identidade, e não propriedades do algoritmo criptográfico em si.

O enunciado é claro ao delimitar o escopo: "Considerando os fundamentos dos ataques criptográficos...". Na teoria criptográfica, o ataque de força bruta (busca exaustiva) é definido matematicamente como a tentativa de testar todas as chaves possíveis para decifrar um texto cifrado. O termo "independentemente de vulnerabilidades específicas na implementação" é exatamente o que conceitua a força bruta pura: o atacante assume que a implementação é perfeita e que não há atalhos matemáticos ou falhas de software (como canais laterais ou geradores de números pseudo aleatórios fracos) a serem explorados, restando apenas a exaustão matemática do espaço de chaves. A afirmativa está perfeita e o gabarito é inquestionável.

Abaixo, segue a justificativa objetiva para todas as alternativas propostas: A alternativa "A" está incorreta porque inverte a mecânica da cifra. As cifras monoalfabéticas (como a Cifra de César) apenas substituem uma letra por outra, mantendo rigorosamente a mesma distribuição estatística de frequência do idioma original, o que as torna extremamente vulneráveis à análise de frequência.

A alternativa "B" está correta porque define com precisão o ataque de força bruta no âmbito criptográfico. Ele consiste na busca exaustiva em todo o espaço de chaves do algoritmo. Por definição, esse ataque atua na matemática bruta da chave, sem depender da exploração de falhas de implementação no código ou na arquitetura do software.

A alternativa "C" está incorreta porque o Princípio de Kerckhoffs dita exatamente o oposto: a segurança de um sistema criptográfico não deve depender do segredo do algoritmo (que deve ser presumido como público e conhecido pelo atacante), mas sim depender inteiramente do sigilo da chave.

A alternativa "D" está incorreta porque ataques de texto cifrado conhecido (*Ciphertext-only attack*) são uma ameaça real na criptoanálise. Um atacante pode comprometer a cifra utilizando apenas amostras de textos cifrados, aplicando técnicas como análise estatística, sem a necessidade de possuir o texto em claro previamente.

A alternativa "E" está incorreta por um erro primário de arquitetura. Algoritmos assimétricos (chave pública) são computacionalmente pesados e lentos. Em protocolos como o TLS, eles são usados apenas no *handshake* inicial para autenticação e troca segura de chaves. A cifragem da carga útil (*payload*) durante a sessão é feita exclusivamente por algoritmos simétricos (como AES), justamente por sua alta performance e velocidade.

Questão 36 – Gabarito mantido letra A

A argumentação central dos candidatos apoia-se no modelo TCP/IP original (clássico) de 4 camadas, referenciado na RFC 1122. Contudo, o texto do enunciado é categórico ao cobrar especificamente o "Modelo TCP/IP atualizado" e ao detalhar expressamente que os papéis da rede vão "desde a transmissão física de bits até a interface com aplicações".

Na literatura moderna de redes de computadores, amplamente consolidada por autores como Kurose & Ross e Behrouz Forouzan, o modelo TCP/IP atualizado possui 5 camadas, desmembrando a antiga e obsoleta camada de "Acesso à Rede" em duas camadas independentes: Enlace e Física, para refletir com precisão o hardware moderno. Ao inserir o termo "atualizado" e citar explicitamente a "transmissão física de bits" na premissa da questão, a banca elimina qualquer margem para ambiguidade, ancorando a resolução inequivocamente no modelo de 5 camadas. Portanto, a primeira assertiva é indubitavelmente verdadeira.

Assim, apenas a alternativa "A" está correta porque a sequência V-V-V reflete com precisão os conceitos cobrados. O modelo TCP/IP atualizado possui 5 camadas (Aplicação, Transporte, Rede/Internet, Enlace e Física) (V). O HTTP é o protocolo fundamental da camada de aplicação para a transferência de hipermídia (V). O UDP é o protocolo padrão, não orientado à conexão, operante na camada de transporte (V).

Questão 37 – Gabarito mantido letra C

A argumentação apresentada baseia-se em preciosismo semântico para tentar invalidar um item tecnicamente correto. A afirmativa I declara que existe um campo de 4 bits no cabeçalho destinado a identificar a versão do protocolo IP. Esta é uma verdade arquitetural absoluta (RFC 791): o primeiro campo estrutural do cabeçalho IPv4 é justamente o campo *Version* (com 4 bits de tamanho).

O trecho entre parênteses "(ex: IPv4 ou IPv6)" atua unicamente como um aposto exemplificativo para ilustrar o conceito de "versão do protocolo IP", e de forma alguma afirma que um datagrama IPv4 carregará o valor correspondente ao IPv6. Pelo contrário, na engenharia de redes, o propósito de o campo *Version* existir logo nos primeiros 4 bits do cabeçalho é exatamente permitir que o roteador ou *host* destino leia esse bloco inicial e saiba se deve processar a estrutura seguinte como IPv4 ou IPv6. Não há extrapolação de contexto, imprecisão ou



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ambiguidade que justifique a anulação.

Abaixo, segue a justificativa objetiva para todas as alternativas propostas:

A afirmativa I está correta, pois o cabeçalho IPv4 inicia com um campo de 4 bits (*Version*) para identificar a versão do protocolo.

A afirmativa II está correta, pois o campo IHL (*Internet Header Length*) define o tamanho do cabeçalho, sendo o marcador matemático exato para o processador de rede saber onde termina o cabeçalho e inicia a carga útil (*payload*).

A afirmativa III é falsa por um erro elementar de unidade de medida: o campo *Total Length* de 16 bits determina o tamanho total do datagrama em bytes (octetos), e não em bits.

Questão 38 – Gabarito mantido letra C

A argumentação apresentada exhibe falhas interpretativas e preciosismo semântico, buscando forçar dubiedades em conceitos basilares de Segurança da Informação.

Inicialmente, alega-se que a afirmativa I confunde confidencialidade com disponibilidade ao mencionar que a informação deve ser "acessível exclusivamente a entidades autorizadas". Essa interpretação é equivocada. A confidencialidade trata exatamente da restrição de acesso e da prevenção de divulgação não autorizada; garantir que apenas pessoas validadas tenham acesso é o cerne do sigilo, diferindo frontalmente da disponibilidade, que visa garantir que a informação esteja operante e alcançável quando requisitada. Questiona-se também que a menção a "remetente e destinatário" na mesma afirmativa restringiria o conceito apenas a dados em transmissão, ignorando o armazenamento. Contudo, a oração introduzida pelo gerúndio ("assegurando que...") atua puramente como um exemplo prático para ilustrar a regra geral de restrição de acesso, sem invalidar sua aplicação a dados em repouso.

Por fim, contesta-se a redação da afirmativa II sob a alegação de que a estrutura "não seja alterada (...) sem que tal violação seja detectada" criaria uma dupla negação confusa. Ocorre que a sentença é técnica e gramaticalmente irretocável. Mecanismos de controle de integridade (como funções *hash*) não impedem fisicamente a adulteração dos dados no meio do caminho, mas garantem matematicamente que qualquer modificação não autorizada seja imediatamente identificada. Não há ambiguidade ou erro conceitual que justifique a anulação da questão.

Abaixo, segue a justificativa objetiva para todas as alternativas propostas:

A afirmativa I está correta, pois a confidencialidade baseia-se na restrição de acesso, garantindo que o conteúdo (seja em repouso ou em transmissão entre remetente e destinatário) seja inteligível apenas para as partes autorizadas, prevenindo o vazamento de informações.

A afirmativa II está correta, pois a integridade garante a completude e exatidão dos dados, assegurando através de mecanismos (como funções *hash* ou assinaturas digitais) que modificações não autorizadas ou corrupções sejam detectadas.

A afirmativa III possui um erro conceitual grave: a disponibilidade visa garantir que sistemas estejam *online* e acessíveis sob demanda para usuários autorizados, e não "permanentemente offline para impedir o acesso".

Questão 39 – Gabarito mantido letra A

A argumentação dos candidatos baseia-se em preciosismo semântico e tenta aplicar exceções específicas para invalidar conceitos teóricos fundamentais e clássicos da literatura de segurança da informação, o que não merece prosperar.

A alternativa "A" está correta porque a sequência V-F-V reflete com precisão os conceitos criptográficos. RSA e ECC são a base assimétrica de protocolos como o TLS para proteger a negociação das chaves simétricas de sessão (V). O Diffie-Hellman não tem qualquer relação com Message Authentication Code (MAC) ou funções hash; ele é um protocolo de troca/acordo de chaves (F). O Diffie-Hellman permite matematicamente o estabelecimento de um segredo sobre um canal público interceptado/escutado (V).

A alternativa "B" está incorreta porque julga a segunda afirmativa como verdadeira. O Diffie-Hellman não provê integridade de dados nem atua como função hash.

A alternativa "C" está incorreta porque julga a primeira afirmativa como falsa, negando indevidamente o papel histórico e técnico do RSA e das Curvas Elípticas (ECC) no ecossistema de protocolos como o TLS.

A alternativa "D" está incorreta porque julga a terceira afirmativa como falsa, contrariando a própria definição teórica fundamental do protocolo Diffie-Hellman.

A alternativa "E" está incorreta porque inverte a lógica conceitual dos protocolos, negando a funcionalidade de troca de chaves assimétricas da primeira afirmativa e atribuindo funções de hash (MAC) ao Diffie-Hellman na segunda afirmativa.

Questão 40 – Gabarito mantido letra D

A argumentação do candidato busca invalidar a questão através de uma leitura excessivamente restritiva e literal, que ignora a técnica legislativa e os conceitos consolidados na doutrina de proteção de dados.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Primeiro, alega-se incorreção na definição de "titular" por incluir "pessoa jurídica" na afirmativa II. É preciso observar que, embora o Art. 5º, V da LGPD defina titular como pessoa natural, a questão, em sua estrutura de avaliação, demanda que o candidato identifique se a afirmativa descreve corretamente os agentes de tratamento ou se a proposição, dentro do contexto, apresenta os papéis da norma. No entanto, analisando o texto proposto na afirmativa II (que atribui ao titular a responsabilidade pela tomada de decisões sobre o ciclo de vida da informação), nota-se que esta descrição se confunde com o papel do **Controlador** (Art. 5º, VI), e não do titular. Portanto, a afirmativa é, de fato, incorreta quanto à atribuição de responsabilidades.

Segundo, contesta-se a afirmativa III sob o argumento de que a anonimização não "garante" a irreversibilidade técnica. O Art. 5º, XI da LGPD, ao definir dado anonimizado como aquele que não permite a identificação, considerando meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião, estabelece um estado de segurança jurídica para a anonimização. A utilização do termo "garante" no contexto da afirmativa refere-se à finalidade jurídica do instituto: tornar a reversão inviável dentro das possibilidades técnicas da época. Não há imprecisão técnica; trata-se da definição operacional do termo dentro do marco regulatório. A afirmativa III permanece correta.

Dada a incorreção da afirmativa II e a correção das afirmativas I e III, o gabarito que aponta "Apenas a I e III" como corretas permanece a resposta tecnicamente correta para a questão.

Abaixo, segue a justificativa objetiva para todas as alternativas propostas:

A alternativa "A" está incorreta porque omite a afirmativa III, que também é verdadeira.

A alternativa "B" está incorreta porque omite a afirmativa I e valida a II, que atribui erroneamente ao titular responsabilidades do controlador.

A alternativa "C" está incorreta porque valida a afirmativa II.

A alternativa "D" está correta porque agrupa as duas afirmativas verdadeiras. A afirmativa I define corretamente o dado pessoal conforme o Art. 5º, I da LGPD. A afirmativa III descreve com precisão técnica a finalidade da anonimização, que é tornar a identificação do titular inviável mediante meios técnicos razoáveis disponíveis na ocasião do tratamento.

A alternativa "E" está incorreta porque valida a afirmativa II.

• ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Questão 33 – Gabarito mantido letra E

A argumentação dos candidatos baseia-se em uma leitura muito rígida de glossários técnicos, que ignora a evolução da própria metodologia. O Guia PMBOK, em sua 7ª edição, mudou o foco: em vez de se limitar a listas de termos técnicos, a obra agora prioriza uma visão baseada na entrega de valor e nos resultados que o projeto deve gerar. A alternativa "E" apresenta o conceito central do que define o escopo sob essa nova diretriz, que engloba a totalidade dos produtos, serviços e resultados que compõem o projeto. A diferença acadêmica entre o "trabalho realizado" (muitas vezes chamado de escopo do projeto em manuais antigos) e a "soma dos produtos, serviços e resultados" (chamado de escopo do produto) é uma distinção técnica que não invalida a alternativa apresentada, visto que o escopo de um projeto é, na prática, definido pelo conjunto de entregas que devem ser realizadas. A alternativa "E" é a que melhor descreve o que o projeto deve entregar, não havendo motivo para anulação.

Abaixo, segue a justificativa objetiva para todas as alternativas propostas:

A alternativa "A" está incorreta porque o escopo descreve o conteúdo e os resultados do trabalho, e não é definido pela soma de custos financeiros, que fazem parte do gerenciamento de custos.

A alternativa "B" está incorreta porque a descrição detalhada de ferramentas e tecnologias faz parte do planejamento técnico ou da infraestrutura, não sendo a definição de escopo.

A alternativa "C" está incorreta porque cronogramas e marcos de entrega são ferramentas de gerenciamento do tempo, e não a definição técnica do escopo do projeto.

A alternativa "D" está incorreta porque a identificação de riscos é uma tarefa específica do gerenciamento de riscos, sem relação direta com a definição de escopo.

A alternativa "E" está correta porque define o escopo como o conjunto de entregas (produtos, serviços e resultados) que constituem o projeto. Esta definição reflete com clareza o que deve ser produzido e entregue ao final do ciclo de vida do projeto, conforme as diretrizes do Guia PMBOK.

Questão 40 – Gabarito mantido letra E

O candidato argumenta que a afirmativa sobre a priorização do *Product Backlog* pelo *Product Owner* (PO) estaria incorreta por afirmar que ocorre "no início de cada ciclo (Sprint)". Contudo, a análise deve focar no propósito e no contexto da afirmativa, e não em uma interpretação isolada e excludente. O *Product Owner* possui a responsabilidade contínua de ordenar o *backlog*, mas é também uma obrigação mandatória do PO garantir que o *Backlog* esteja refinado e priorizado antes do planejamento de cada *Sprint* (*Sprint Planning*), para que o time tenha clareza sobre o que é mais importante. A afirmativa não utiliza exclusividade ("apenas no início"), logo,



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

não há erro técnico. Abaixo, segue a justificativa objetiva para todas as alternativas propostas:

Afirmativa 1 (V): O PO é o responsável final pelo *Product Backlog* e, obrigatoriamente, garante que os itens prioritários estejam definidos e alinhados para o início de cada *Sprint*.

Afirmativa 2 (F): *Sprints* possuem duração fixa e não podem ser estendidas. Se o trabalho não for concluído, ele retorna ao *Backlog* para ser replanejado, mantendo a cadência do ciclo.

Afirmativa 3 (F): Itens não concluídos não são "descartados permanentemente". Eles são reavaliados e reordenados pelo PO no *Backlog* para futuras *Sprints*, conforme a necessidade do produto.

Afirmativa 4 (F): A priorização do *Product Backlog* é uma responsabilidade exclusiva do *Product Owner*. O *Scrum Master* não prioriza tarefas nem dita o trabalho da equipe.

• **ARQUITETO**

Questão 32 – Gabarito mantido letra A

A questão teve como base o livro CUNHA, A. M. [et al.]. Construção Civil. Porto Alegre: SAGAH, 2017, que nas páginas 82 a 84 especifica os diferentes tipos de cimentos utilizados na construção civil no Brasil, caracterizando o cimento CP IV (Cimento Portland com Pozolana) regulamentado pela ABNT NBR 5736:1999, como sendo "Utilizado para grandes volumes de concreto devido ao baixo calor de hidratação e em obras expostas à ação de água corrente e ambientes agressivos devido a sua baixa porosidade."

A alternativa A está correta pois uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) é uma estrutura onde o concreto fica permanentemente exposto a água e esgoto doméstico e industrial, ambiente úmido e com elevada agressividade química, devido à presença de sulfatos e ácidos decorrentes da decomposição da matéria orgânica e gases como sulfeto de hidrogênio (H_2S), que pode originar ácido sulfúrico. Diversos são os fatores determinam a utilização de cimento CP IV nestas condições: 1) Apresenta elevada durabilidade e maior resistência a ataque químico, pois a reação pozolânica consome o hidróxido de cálcio livre ($Ca(OH)_2$), que é a fase mais vulnerável do concreto a ataques químicos, transformando-o em silicato de cálcio hidratado (C-S-H), que é mais estável e resistente ao ataque de sulfatos presentes no esgoto; 2) Possui baixo calor de hidratação, pois libera menos calor durante a cura, reduzindo drasticamente o risco de fissuras de origem térmica; 3) Confere menor permeabilidade do concreto, pois reação pozolânica refina a estrutura dos poros do concreto, dificultando a infiltração de água e de agentes agressivos que poderiam causar a corrosão da armadura.

A alternativa B está incorreta pois o cimento CP I é o cimento comum, sem adições significativas, possuindo alta permeabilidade e baixa resistência a ataques químicos, sendo inadequado a ambientes agressivos e obras de saneamento.

A alternativa C está incorreta pois o cimento CP II-F é o cimento composto por filler calcário, adequado para uso em obras correntes, mas o filler não confere a proteção necessária contra ataques de sulfatos.

A alternativa D está incorreta pois o cimento CP ARI é o Cimento de Alta Resistência Inicial, que permite rápida desforma, liberando calor de hidratação muito rápido, o que geraria fissuras em tanques e caixas d'água, além de não apresentar resistência a sulfatos.

A alternativa E está incorreta pois o cimento CP-B: Cimento Portland Branco, produzido com matérias-primas de baixo teor de óxidos de ferro e manganês, o que lhe confere a coloração branca, é utilizado para fins estéticos e arquitetônicos, apresentando baixa resistência a ataques químicos presentes em ETEs.

Questão 34 – Gabarito mantido letra D

O comando da questão é claro ao solicitar qual documento NÃO se faz necessário para o processo administrativo de licenciamento de construção, tendo como balizamento a Lei Municipal nº 6.628/2008 (Código de Obras de São Leopoldo). Ao analisar o Artigo 18 da referida lei, que estipula o rol de exigências para a concessão do licenciamento de construção ou demolição, observa-se a necessidade de apresentação dos seguintes documentos: I - requerimento assinado pelo proprietário e responsável técnico; II - apresentação do projeto aprovado; III - projeto hidrossanitário aprovado; IV - certificado de conformidade/prevenção de incêndio; V - licença ambiental prévia (quando aplicável); VI - ART dos projetos complementares e execução; VII - pagamento das taxas relativas ao licenciamento; VIII - alinhamento.

Nota-se assim que o Artigo 18 não exige a apresentação ou a aprovação prévia de um "Projeto Elétrico" como condição para a emissão de licença. Assim, a alternativa "D" está correta, pois o documento não é necessário de acordo com a Lei.

Questão 37 – Gabarito mantido letra B

A questão teve por base o título SAMED. M. M. A. Fundamentos de instalações elétricas. Curitiba: Intersaberes, 2017. O Anexo III do Edital prevê para o cargo de Arquiteto o tópico "Projetos de instalações prediais: elétricas, hidráulicas, sanitárias, ar-condicionado." O projeto de instalações elétricas não se restringe somente a aspectos normativos definidos pela NBR 5410, simbologia, distribuição de pontos e critérios de projeto aplicado, mas é



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

regido pelas leis fundamentais da eletricidade. A Lei das Correntes de Kirchhoff (LCK), que dita que a soma das correntes que entram em um nó é igual à soma das correntes que dele saem, é princípio fundamental de conservação da carga justificando conceitos elementares do projeto elétrico predial, tais como: o agrupamento e a divisão de circuitos em quadros de distribuição (QDC), o balanceamento de fases em sistemas bifásicos e trifásicos e o dimensionamento de condutores neutros. Dessa forma, a alternativa B está correta conforme apresentado.

A alternativa A está incorreta pois esta afirmação descreve um comportamento característico de circuitos em *série* (e está mais alinhada com a Lei das Tensões de Kirchhoff - LTK). Em um circuito em paralelo, a tensão é a mesma em todos os componentes (127 V em cada lâmpada).

A alternativa C está incorreta pois em um circuito em paralelo, a corrente total é a soma das correntes individuais de cada lâmpada, e não igual à corrente de apenas uma.

A alternativa D está incorreta pois a soma direta das resistências resulta na resistência equivalente de um circuito em série. Para resistores em paralelo, o inverso da resistência equivalente é igual à soma dos inversos das resistências individuais.

A alternativa E está incorreta pois a tensão em cada lâmpada é constante e igual à da rede (127 V), pois elas estão em paralelo. É a corrente, e consequentemente a potência, que varia de acordo com a resistência interna de cada lâmpada.

Questão 38 – Gabarito anulado

O Índice de Compacidade é calculado com base na Área (A) e no perímetro (P) do projeto. O enunciado cita como referência o Índice de Compacidade segundo a fórmula de Juan Mascaró ($IC = (2 \times \pi \times A) / P$). Entretanto para cálculo do gabarito foi utilizada a Fórmula do Índice de Compacidade de Favaro (também conhecida como Índice de Circularidade de Miller ou Índice de Gravelius adaptado), que também é amplamente adotada e citada na literatura de custos de edificações, calculado como $IC = (4 \times \pi \times A) / P^2$. Assim, os valores aproximados de IC são: de acordo com Mascaró $IC=0,86$; de acordo com Favaro/Miller $IC = 0,75$. A alternativa D, indicada como gabarito, apresenta o valor calculado segundo Favaro / Miller, mas como o enunciado faz referência a Mascaró, a banca se posiciona pela anulação da questão.

Questão 39 – Gabarito mantido letra A

A questão teve por base a ABNT NBR 15220-1:2024 que define em “3.1.3 – Capacidade térmica é a quantidade de calor necessária para aumentar a temperatura de um sistema construtivo em 1K à pressão constante”. A banca constata que houve, estritamente, um mero erro material de digitação (digitação da letra “e” seguida de vírgula, em vez da preposição “em”). Contudo, tal incorreção tipográfica não comprometeu, de forma alguma, a inteligibilidade, a coesão textual ou o comando técnico da questão. O enunciado define claramente a grandeza física que se pretendia avaliar: “a quantidade de calor necessária para aumentar a temperatura de um sistema construtivo e, 1K à pressão constante”. Pela sintaxe e pelo contexto da frase, a leitura lógico-cognitiva imediata e inequívoca do trecho é de que o aumento de temperatura se refere à magnitude de 1 Kelvin (). A definição clara do conceito de Capacidade Térmica permaneceu intacta e perfeitamente identificável.

A alternativa “A” está correta, pois de acordo com 3.1.3 – Capacidade térmica é a quantidade de calor necessária para aumentar a temperatura de um sistema construtivo e, 1K à pressão constante.

A alternativa “B” está incorreta, pois de acordo com 3.1.2 – Calor Específico é a razão da capacidade térmica pela massa.

A alternativa “C” está incorreta, pois de acordo com 3.1.7 – Densidade do Fluxo de Calor é a razão de calor que atravessa uma superfície pela área desta superfície.

A alternativa “D” está incorreta, pois de acordo com 3.1.18 – Transmitância à Radiação Solar é o quociente da taxa de radiação solar que atravessa um elemento pela taxa de radiação solar incidente.

A alternativa “E” está incorreta, pois de acordo com 3.1.4 – Condutividade Térmica é uma propriedade física dos materiais que indica a capacidade de conduzir calor.

Questão 40 – Gabarito anulado

A ABNT NBR 15575-1:2025, Norma de Desempenho de Edificações Habitacionais define no item 3.101 Vida Útil de Projeto (VUP) como período estimado de tempo para o qual um sistema é projetado, a fim de atender aos requisitos de desempenho estabelecidos nesta Norma, considerando o atendimento aos requisitos das normas aplicáveis, o estágio do conhecimento no momento do projeto e supondo o atendimento da periodicidade e correta execução dos processos de manutenção especificados no respectivo manual de uso, operação e manutenção.

Nas páginas 59/60 é apresentada a Tabela 25 – Vida útil do projeto, relacionando o “Sistema” e a “VUP mínima em anos”. Assim, temos as seguintes relações: Pisos internos ≥ 13 ; Vedação vertical externa ≥ 40 ; Vedação vertical interna ≥ 20 ; Cobertura ≥ 20 ; Hidrossanitário ≥ 20 .

Entretanto a própria ABNT NBR 15575-1 faz uma separação entre o que é o “sistema de vedação” e o que são



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

"esquadrias". A norma conceitua o sistema de vedação externa como "paredes de vedação externas, painéis de fachada e fachadas-cortina, não considerando as esquadrias". O Anexo C (Tabela C.6) traz tabelas específicas detalhando a VUP de componentes e elementos isolados, onde "esquadrias externas de fachada" aparecem com VUP mínima de 20 anos (e não 40). Face ao exposto a banca se posiciona pela anulação da questão. Por não apresentar alternativa correta, anula-se a questão.

• **ASSISTENTE SOCIAL**

Questão 31 – Gabarito mantido letra C

O enunciado da questão solicita que sejam analisadas as alternativas, indicando a incorreta. Assim, apenas a alternativa "C" atende ao que se pede, pois a assertiva correta seria: O cotidiano, sempre carregado de contradições às quais o assistente social vende sua força de trabalho, frequentemente exige de nós respostas rápidas e pragmáticas às demandas apresentadas. Neste afã, podemos nos reduzir às buscas constantes pelo acervo técnico-instrumental, sem agregar a ele as possibilidades de construir mediações, as quais possibilitam o encontro do eixo articulador entre teoria e prática.

Questão 38 – Gabarito mantido letra C

O enunciado da questão solicita que sejam analisadas as alternativas, indicando a incorreta. Assim, apenas a alternativa "C" atende ao que se pede, pois a assertiva correta seria: No decorrer da ditadura civil-militar no Brasil (1964 a 1985), o Código de Ética da profissão foi reformulado em dois momentos (1965 e 1975). Em 1986 houve outra reformulação, que trouxe novos referen-ciais teóricos, diálogo com diferentes áreas de conhecimento e aproximação aos movimentos sociais, revelando clara confluência da reabertura democrática experimentada pelo Brasil.

Questão 39 – Gabarito mantido letra D

O enunciado da questão solicita que sejam analisadas as alternativas, indicando a incorreta. Assim, apenas a alternativa "D" atende ao que se pede, pois a afirmação correta seria: As situações vivenciadas pelas famílias de vulnerabilidade social ou de risco social e pessoal, o desenvolvimento de suas capacidades de mobilização de ativos, de desenvolver suas potencialidades devem orientar as metodologias do trabalho social e a construção dos "projetos de vida" dos usuários. A depender da singularidade, as situações poderão "[...] requerer atendimentos mais individualizados, enquanto outras demandarão intervenções mais coletivas [...]" a inclusão em atendimentos em grupo" (BRASIL, 2011, p. 28).

• **BIÓLOGO**

Questão 33 – Gabarito mantido letra E

Considerando os conceitos apresentados por Begon, M.; Townsend, C.R. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023. Tem-se:

A alternativa "A" está incorreta, pois a sequência subsequente de espécies é chamada de sucessão secundária. A alternativa "B" está incorreta, pois o crescimento é rápido quando os recursos são abundantes e crescimento e sobrevivência ruins quando os recursos são escassos.

A alternativa "C" está incorreta, pois as espécies de sucessão tardia geralmente têm a característica de crescer, sobreviver e competir quando os recursos são escassos.

A alternativa "D" está incorreta, pois as características descritas são de uma comunidade "clímax".

A alternativa "E" está correta, conforme Begon e Townsend (2023), capítulo 18: "Padrões na composição de comunidades no espaço e no tempo", página 586.

Questão 34 – Gabarito mantido letra D

Conforme Resolução CONSEMA nº 372/2018, temos:

A alternativa "A" está incorreta, pois a competência para licenciamento será estadual.

A alternativa "B" está incorreta, pois não é necessária a emissão de declaração de isenção pelo órgão ambiental.

A alternativa "C" está incorreta, pois inclusive quanto à supressão da vegetação nativa vinculada ao licenciamento será licenciado ou autorizado ambientalmente por um único ente federativo.

A alternativa "D" está correta.

A alternativa "E" está incorreta, pois o Conselho Municipal de Meio Ambiente é um colegiado que possui caráter deliberativo.

Questão 36 – Gabarito mantido letra B



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme Edital de abertura nº 02/2026, de 07 de abril de 2026, do Município de São Leopoldo o conteúdo programático utilizado foi a Lei nº 6.463, de 17 de dezembro de 2007. Institui o Código Municipal do Meio Ambiente e Zoneamento Ambiental e dá Outras Providências.

A assertiva I está CORRETA, conforme São Leopoldo (2007), artigo 34, item II.

A assertiva II está CORRETA, conforme São Leopoldo (2007), artigo 34, item IV.

A assertiva III está CORRETA, conforme São Leopoldo (2007), artigo 34, item V.

A assertiva IV está INCORRETA, pois o acesso e o uso público às águas superficiais e marginais são assegurados, exceto em áreas de nascentes. Conforme São Leopoldo (2007), artigo 34, item VI.

A assertiva V está INCORRETA, pois o objetivo é o adequado tratamento dos efluentes líquidos. Conforme São Leopoldo, artigo 34, item VII.

Portanto, a alternativa “B” está correta, pois apresenta as três assertivas corretas.

Questão 38 - Gabarito mantido letra B

Conforme o Guia de vigilância epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009:

A primeira assertiva está incorreta, pois o propósito apresentado é da vigilância epidemiológica.

A segunda assertiva e a terceira assertiva estão corretas.

A quarta assertiva está incorreta, pois o elevado poder de transmissão da doença descrito se refere ao potencial de disseminação.

A quinta assertiva está incorreta, pois o envio de instrumentos de coleta de notificação deve ser feito mesmo na ausência de casos, configurando-se o que se denomina notificação negativa, que funciona como um indicador de eficiência do sistema de informações.

Assim, apenas a alternativa “B” está correta, pois apresenta as duas assertivas corretas.

Questão 39 – Gabarito mantido letra D

A primeira assertiva é falsa, pois foram propostos três Domínios (uma categoria acima dos Reinos) no Sistema de Classificação.

A segunda e a terceira assertivas são verdadeiras.

A quarta assertiva é falsa, pois os vírus não estão incluídos nessas propostas de classificação, por serem agentes infecciosos acelulares, não possuem metabolismo próprio nem estrutura celular.

A quinta assertiva é verdadeira.

A alternativa “D” está correta, pois apresenta a sequência correta de preenchimento dos parênteses.

Bibliografia: LOPES, S.G.B.C.; HO, F.F.C.; LAHR, D.J.G.; VISCONTI, M.A. Diversidade biológica, História da vida na Terra e Bioenergética. São Paulo: USP/UNIVESP/EDUSP, 2014. 400p.

• CIRURGIÃO DENTISTA/ENDODONTISTA

Questão 36 – Gabarito mantido letra C

De acordo com a referência bibliográfica citada no enunciado da questão, Sousa-Neto, Manoel, D. et al. Endodontia: fundamentos científicos para a prática clínica, (2022), na página 388, está escrito: “Na sequência desses trabalhos, utilizando a mesma metodologia de contaminação intratubular, Andrade et al.²³ avaliaram a eficácia antimicrobiana da pasta de hidróxido de cálcio agitada ou não por ultrassom, com os veículos água destilada ou propilenoglicol e da pasta mantida no interior dos canais por 7 ou 15 dias. Além disso, em experimento paralelo, avaliaram também a penetração tubular dessas pastas adicionando um corante nas mesmas, com os dois veículos, utilizando ou não a agitação. Foi observado que, aos 15 dias, há efetiva morte bacteriana no interior dos canais radiculares, o que não acontece aos 7 dias. Quando a pasta foi agitada por ultrassom nos canais radiculares, houve maior penetração desta no interior dos túbulos e, portanto, mesmo a pasta permanecendo somente 7 dias, não havia bactérias sobreviventes, evidenciadas na microscopia. Ou seja, ao se agitar a pasta no interior dos canais, o tempo de medicação intracanal será reduzido à metade, pois a movimentação das ondas produzidas pelo ultrassom, “empurram” a pasta para dentro dos túbulos, otimizando o tratamento endodôntico, diminuindo o tempo total de emprego, com o objetivo de descontaminação do sistema de canais alcançado”.

Questão 38 – Gabarito mantido letra B

Na referência bibliográfica citada no enunciado da questão (Prado, Maíra, D. e Nedi Soledade Rocha, 2017) na página 110, no quadro 9.4, aparecem os dados de uma pesquisa na qual existe uma comparação entre o número de canais laterais encontrados entre 100 caninos, 100 incisivos laterais inferiores e 100 incisivos centrais inferiores, apresentando número de canais laterais de 30, 18 e 20, respectivamente.

Questão 39 – Gabarito mantido letra B



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Segundo a referência bibliográfica citada na questão Prado, Maíra, D. e Nedi Soledade Rocha (2017), na página 26, nos quadros 3.1 e 3.2, na técnica da bisettriz, os caninos inferiores exigem angulação vertical entre -10° e -15° e angulação horizontal entre 45° e 50° .

• CONTADOR

Questão 31 – Gabarito mantido letra A

O enunciado deixa claro que a questão era referente à Lei 4.320/1964, dessa forma, não cabem analogias extensivas à outras referências divergentes da que foi indicada no enunciado. Assim, não incorrendo irregularidades na questão, mantém-se o gabarito.

Questão 32 – Gabarito mantido letra B

O enunciado deixa claro que a questão era referente à Lei 4.320/1964, dessa forma, não cabem analogias extensivas à outras referências divergentes da que foi indicada no enunciado. Assim, não incorrendo irregularidades na questão, mantém-se o gabarito.

Questão 35 – Gabarito mantido letra B

O enunciado questiona sobre às taxas previstas na Lei nº 5.047/2001. A Taxa prevista é a Taxa de Manutenção de Cemitérios e Aterramentos. A assertiva apresentada na questão denominada unicamente como "Taxa de Cemitérios" inexistente na legislação mencionada. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 36 – Gabarito mantido letra C

O enunciado questiona o momento que a entidade deve reconhecer os ativos, ou seja, as alternativas não são referentes a todo e qualquer conceito, especificamente sobre o momento de reconhecimento, constante no item 9 da norma, mais especificamente alínea "a" da NBC TSP 05. Assim, apenas a alternativa C atende ao que se pede, ficando mantido o gabarito.

Questão 37 – Gabarito anulado

O enunciado versa sobre NBC diferente das alternativas, o que induz o candidato à erro. Assim, o gabarito será anulado.

• ENFERMEIRO

Questão 38 – Gabarito mantido letra A

O enunciado estabelece como premissa para resolução da questão que a reconstituição é realizada com adição de 10 mL de água para injeção, produzindo solução homogênea com concentração terapêutica padronizada, sendo suficientes para o cálculo da concentração (200 mg/mL) e do volume correspondente à dose prescrita (6 mL). A referência ao deslocamento volumétrico na assertiva I possui caráter técnico-explicativo e reconhece que pequenas variações podem ocorrer na prática, sem afastar a premissa adotada pela questão nem alterar o raciocínio exigido. Da mesma forma, a ausência de identificação do antimicrobiano não compromete a objetividade da questão, pois as condições de reconstituição foram previamente definidas pela banca. Assim, não há erro conceitual, contradição ou ambiguidade, ficando mantido o gabarito.

Questão 39 – Gabarito mantido letra B

A interpretação da assertiva II deve ocorrer em conjunto com o enunciado, que delimita expressamente o objeto da questão à legislação do exercício profissional da enfermagem, ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, à segurança do paciente e à responsabilidade profissional do enfermeiro no processo de trabalho. Nesse contexto, a expressão "demais profissionais" insere-se no âmbito da atuação da equipe de enfermagem, não da equipe multiprofissional, inexistindo ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão. Além disso, a assertiva II restringe indevidamente a responsabilidade ética do enfermeiro às atividades "supervisionadas e formalmente delegadas", afirmando que ela não alcança integralmente condutas autônomas quando ausentes ciência prévia ou participação direta. Tal redação não encontra respaldo na Lei nº 7.498/1986 nem na Resolução COFEN nº 564/2017, que atribuem ao enfermeiro responsabilidades inerentes à supervisão, coordenação, gerenciamento da assistência, prevenção de riscos e adoção de medidas diante de irregularidades que possam comprometer a segurança do paciente e a qualidade da assistência. A ausência de ciência prévia ou de participação direta, por si só, não afasta eventual responsabilidade ética decorrente de omissão ou falha no dever de supervisão.

Dessa forma, a assertiva II permanece incorreta, enquanto a assertiva III permanece correta, inexistindo



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão. Mantém-se, portanto, o gabarito da alternativa B.

• ENGENHEIRO CIVIL

Questão 33 – Gabarito mantido letra D

De acordo com manual de utilização do AutoCad, bem como em MATSUMOTO, Élia Yathie:

Afirmção I está correta – PAN permite mover a visualização do desenho (horizontal ou verticalmente), sem alterar o zoom.

Afirmção II está incorreta - DIMLINEAR: cria cotas lineares para medir distâncias, larguras e alturas.

Afirmção III está correta – LAYER é a funcionalidade do AutoCAD que permite que os desenhos sejam manipulados “em camadas”.

• FISCAL TRIBUTÁRIO

Questão 31 – Gabarito alterado letra A

A primeira assertiva é VERDADEIRA, de acordo com inciso XIV, do artigo 81, do CTM.

A segunda assertiva é VERDADEIRA, de acordo com inciso VIII, do artigo 81, do CTM.

A terceira assertiva é FALSA, pois não está de acordo com artigo 81 do CTM.

A quarta assertiva é FALSA, pois não está de acordo com artigo 81 do CTM.

A quinta assertiva é VERDADEIRA, de acordo com inciso VII, do artigo 81, do CTM.

Assim, a alternativa que apresenta corretamente a sequência de preenchimento dos parênteses é a letra A, alterando-se o gabarito preliminar.

Questão 32 – Gabarito mantido letra C

A assertiva C transcreve exatamente o texto do artigo 154, §3º do Decreto nº 3.719/2002, alterado pela Lei nº 11.175/2025. Assim, não ocorrem irregularidades na questão, ficando mantido o gabarito.

Questão 33 – Gabarito anulado

A segunda assertiva é verdadeira de acordo com Lei nº 3.719/2002, artigo 1º, inciso VII. Assim, por não apresentar alternativa que contemple a sequência correta, anula-se a questão.

Questão 34 – Gabarito mantido letra D

A norma referendada no enunciado da questão já estava atualizada pela Lei Complementar nº 227/2026 quando o Edital do Concurso foi publicado, dessa forma, conforme expresso no edital “Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação deste Edital de Abertura.”

Quanto à não incidência de IBS e CBS sobre as contribuições associativas estatutárias, de natureza não contraprestacional e destinadas à manutenção das associações civis sem fins econômicos a norma também traz à luz a situação, não foi o embasamento legal sobre os requisitos das instituições que impossibilitaram a identificação do enquadramento. Assim, o gabarito permanece mantido.

Questão 35 – Gabarito mantido letra D

Primeiramente que a Contribuição para o PASEP se refere ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, ou sejam apenas entes público tem a incidência do mesmo, situação a qual não foi mencionada no enunciado. Dessa forma, não cabem analogias extensivas à outras referências divergentes da que foi indicada no enunciado. Assim, não incorrendo irregularidades na questão, mantém-se o gabarito.

Questão 36 – Gabarito mantido letra E

O enunciado da questão é claro ao delimitar o seu objeto: "Análise as assertivas abaixo e assinale a que condiz com a nomenclatura dos imóveis beneficiados pelo regime diferenciado tratado na Lei nº 9.889/2023. Não há que se falar em "ambiguidade" ou "insegurança interpretativa" quando o candidato, ao confrontar as opções de resposta com o texto da lei, identifica uma única alternativa que traz a transcrição fidedigna do campo de aplicação dos imóveis beneficiados pela Lei nº 9.889/2023. Diante do exposto, resta demonstrado que não incorrem irregularidades na questão, ficando mantido o gabarito.

Questão 37 – Gabarito mantido letra A

A Emenda Constitucional 132/2023 prevê de forma clara e direta, no §1º do artigo 156-A, o princípio da

Execução:





MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

neutralidade. Ademais, o texto não utiliza a expressão literal "*princípio da não cumulatividade*" para qualificar o IBS, mas sim dita que ele "*será não cumulativo*" como regra operacional de abatimento de créditos. Ou seja, com base no que se pede no enunciado da questão, a alternativa A (princípio da neutralidade) é a única que guarda perfeita, estrita e literal consonância com o comando do art. 156-A, § 1º, da CRFB/88, introduzido pela EC nº 132/2023. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 38 – Gabarito mantido letra B

O enunciado deixa claro que a questão é sobre atribuições do CGIBS. Portanto, a Lei Complementar nº 227/2026, ao regulamentar o CGIBS, estabeleceu em seu Art. 1º, parágrafo único, inciso I:

*"I - definirá as **diretrizes** e coordenará a atuação, de forma integrada, das administrações tributárias e das Procuradorias..."*

O CGIBS atua como um órgão de harmonização de procedimentos, respeitando a independência funcional e organizacional das administrações tributárias e das Procuradorias locais, não possuindo poder hierárquico-normativo sobre a estrutura interna e o funcionamento das Procuradorias locais.

Ademais, no âmbito do Direito Público, 'diretrizes' e 'normativas' possuem densidades jurídicas e graus de vinculação absolutamente distintos, uma vez que 'Diretrizes' estabelecem direcionamentos, linhas de ação e objetivos gerais, já as normativas possuem caráter impositivo e de aplicação imediata.

Portanto, a substituição de "diretrizes" por "normativas" desnatura a exatidão jurídica da competência do CGIBS, atribuindo-lhe um poder de ingerência impositiva que a Lei Complementar nº 227/2026 não lhe outorga.

Questão 39 – Gabarito mantido letra B

A Certidão Negativa de Débito do Imóvel consta no Decreto nº 6.120/2009, sendo atendida pela alternativa B. Importante destacar que a definição da alternativa D não condiz com a norma, pois apresenta vícios conceituais e de literalidade, o que a torna incorreta como opção de resposta. Em momento algum a norma municipal utiliza ou faz menção ao termo genérico "obrigações acessórias" para condicionar a expedição de certidões. O Artigo 3º, inciso II, do referido Decreto é taxativo ao exigir a inexistência de pendências relativas a "*declarações ou escriturações fiscais legalmente exigíveis*".

A substituição de uma exigência legal expressa (*declarações ou escriturações*) por um conceito doutrinário amplo (*obrigações acessórias*) torna a redação da alternativa D imprecisa, e falsa. Assim, o gabarito permanece mantido.

Questão 40 – Gabarito mantido letra E

O enunciado é claro ao solicitar um dos requisitos, ou seja, em momento algum no enunciado foi tratado que era o ÚNICO requisito para que o contribuinte tivesse direito ao benefício de isenção tratado na Lei nº 7.334/2010. Assim, a questão é inequívoca, mantendo-se o gabarito.

• FONOAUDIÓLOGO

Questão 32 – Gabarito mantido letra B

O gabarito se mantém, uma vez que o enunciado solicita a alternativa incorreta, e conforme a referência supracitada em enunciado de questão: FURKIM, Ana Maria; RODRIGUES, Katia Alonso. *Disfagias nas Unidades de Terapia Intensiva*. São Paulo: Roca, 2014. Temos:

A alternativa "A" está correta, pois é uma contraindicação para o diagnóstico de aspiração silente e maciça.

A alternativa "B" está incorreta, pois a válvula pode ser acoplada em um paciente após 48 ou 72h pós traqueostomia.

A alternativa "C" está correta, pois é uma contraindicação pacientes em uso de VM no modo de ventilação de alta frequência.

A alternativa "D" está correta, pois para adaptar a válvula de fala Passy-muir em ventilação mecânica é necessário parâmetros ventilatórios mínimos.

A alternativa "E" está correta, pois é contraindicado adaptar a válvula Passy - Muir com *cuff* de espuma.

• MÉDICO VETERINÁRIO

Questão 39 – Gabarito mantido letra A

Com base no material disponível no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), utilizado para a elaboração da questão relacionada à raiva, disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/raiva-dos-herbivoros-e-eeb/raiva>, consta que:

"A transmissão ocorre pela inoculação do vírus presente na saliva do mamífero infectado prioritariamente pela

Execução:





MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*mordedura ou lambedura de mucosas. A transmissão envolve quatro ciclos epidemiológicos distintos. No ciclo aéreo a doença é transmitida entre os morcegos, o ciclo silvestre, com transmissão entre animais silvestres (exemplo: macacos e raposas), o ciclo urbano, com transmissão entre cães e gatos e o rural que envolve bovinos, bubalinos e equinos. A partir desses ciclos a doença pode acometer os humanos. Em ruminantes domésticos, a transmissão ocorre principalmente a partir do ciclo aéreo, com a transmissão por morcegos hematófagos da espécie *Desmodus rotundus* por mordedura ou lambedura durante a alimentação. O período de incubação varia entre 30 a 90 dias."*

Sendo assim:

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com a referência oficial do MAPA ao afirmar que a transmissão em ruminantes domésticos ocorre principalmente por morcegos hematófagos, responsáveis pela manutenção do ciclo aéreo da raiva e pela inoculação do vírus presente na saliva durante a hematofagia.

A alternativa B está incorreta, pois o ciclo urbano envolve a transmissão entre cães e gatos, não sendo os bovinos considerados reservatórios do vírus nesse ciclo.

A alternativa C está incorreta, pois o ciclo silvestre terrestre envolve diferentes mamíferos silvestres, como macacos e raposas, não sendo restrito aos morcegos.

A alternativa D está incorreta, pois a transmissão da raiva não ocorre pela ingestão de água ou alimentos contaminados. Nos herbívoros domésticos, a principal forma de infecção é a inoculação do vírus presente na saliva de morcegos hematófagos durante a hematofagia.

A alternativa E está incorreta, pois não existe ciclo epidemiológico denominado "ciclo ambiental" para a raiva.

Dessa forma, a alternativa A permanece como a única correta, mantendo-se o gabarito originalmente divulgado.

• **NUTRICIONISTA**

Questão 31 – Gabarito mantido letra A

A questão solicita especificamente a recomendação energética e proteica para um idoso saudável, visando à manutenção do estado nutricional e à preservação da massa magra. A Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Envelhecimento (2019) diferencia as recomendações de acordo com a condição clínica do idoso. Para indivíduos idosos saudáveis, recomenda ingestão proteica de 1,0 a 1,2 g/kg de peso corporal/dia, enquanto valores entre 1,2 e 1,5 g/kg/dia são indicados para idosos com doenças agudas ou crônicas, e valores superiores podem ser recomendados em situações de doença grave ou elevado catabolismo. Embora a diretriz também apresente, de forma geral, a faixa de 1,0 a 1,5 g/kg/dia, essa recomendação é complementada e estratificada conforme a condição clínica do paciente. Dessa forma, a alternativa A é a única que associa corretamente a recomendação energética de 30 a 35 kcal/kg/dia à recomendação proteica específica para o idoso saudável (1,0 a 1,2 g/kg/dia), mantendo-se, portanto, o gabarito originalmente divulgado.

Questão 34 – Gabarito mantido letra C

A alternativa C reproduz a recomendação expressa na Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional no Paciente Grave (2018), segundo a qual, na ausência de calorimetria indireta e de risco elevado para síndrome de realimentação, deve-se iniciar a oferta energética de forma conservadora, com aproximadamente 15 a 20 kcal/kg/dia, e progredir para 25 a 30 kcal/kg/dia após o quarto dia nos pacientes que evoluem para a fase de recuperação. A expressão "em fase de recuperação" presente no enunciado não indica que a terapia nutricional tenha sido iniciada somente após o término da fase aguda, mas delimita o grupo de pacientes no qual a progressão da oferta energética deve ocorrer. Portanto, a recomendação contempla a trajetória clínica desde a oferta inicial reduzida até o aumento gradual na fase pós-aguda. A alternativa D, ao propor 25 a 30 kcal/kg/dia desde o primeiro dia, contraria a orientação da diretriz e desconsidera a produção endógena de energia característica da fase inicial da doença crítica, aumentando o risco de hiperalimentação. A existência de versão posterior da diretriz não invalida a questão, pois a referência utilizada foi expressamente indicada e a atualização de 2023 mantém o mesmo princípio de início conservador e progressão entre o quarto e o sétimo dia. Mantém-se, portanto, o gabarito da alternativa C, sem necessidade de alteração ou anulação.

Questão 35 – Gabarito mantido letra B

A questão foi elaborada com base no Manual de Apoio para Atividades Técnicas do Nutricionista no âmbito do PNAE (FNDE, 2018). O manual caracteriza as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como práticas pedagógicas que devem ser desenvolvidas de forma participativa, contextualizada e utilizando metodologias ativas, lúdicas e interativas, de modo a favorecer o protagonismo dos estudantes e a construção de hábitos alimentares saudáveis.

A assertiva II não pretende reproduzir literalmente o conceito jurídico de EAN constante da Resolução CD/FNDE nº 6/2020 ou do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, mas sintetiza as características metodológicas que o próprio Manual do PNAE recomenda para o desenvolvimento dessas ações no ambiente

Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

escolar. Assim, a utilização da expressão "devem consistir em processos ativos, lúdicos e interativos" não altera o sentido técnico da recomendação nem a torna incompatível com os documentos normativos citados pelos recorrentes.

Além disso, a Resolução CD/FNDE nº 6/2020, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional e a Nota Técnica do FNDE mencionados no recurso são complementares e convergem ao enfatizar que as ações de EAN devem ser desenvolvidas mediante metodologias participativas, problematizadoras e ativas, não havendo incompatibilidade entre esses documentos e a assertiva apresentada na questão.

Dessa forma, permanecem corretas as afirmativas I, II e IV, sendo a afirmativa III a única incorreta, mantendo-se o gabarito da alternativa B, sem necessidade de alteração ou anulação da questão.

Questão 36 – Gabarito mantido letra E

A questão foi elaborada com base no Manual de Condutas Gerais do Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF, 2013). O documento apresenta, entre as principais consequências da deficiência de ferro o comprometimento do sistema imune, com consequente aumento da predisposição a infecções, reconhecendo ambos como desfechos relacionados à carência de ferro.

A assertiva III sintetiza esse conteúdo ao afirmar que o comprometimento do sistema imune e o aumento da predisposição às infecções são consequências da deficiência de ferro. A utilização da expressão "consequências diretas" não altera o sentido técnico da informação nem torna a assertiva incorreta, uma vez que o manual não estabelece distinção entre consequências diretas e indiretas, apenas relaciona esses eventos como manifestações decorrentes da deficiência de ferro.

Além disso, não se exige a descrição completa da cadeia fisiopatológica, mas a identificação correta das repercussões clínicas reconhecidas pelo documento de referência. Assim, não há incompatibilidade entre a assertiva e o conteúdo do manual.

Dessa forma, permanecem corretas as afirmativas I, III e IV, sendo a afirmativa II a única incorreta, mantendo-se o gabarito da alternativa E, sem necessidade de alteração ou anulação da questão.

• **ODONTÓLOGO CIRURGIÃO BUCOMAXILOFACIAL**

Questão 34 – Gabarito mantido letra B

De acordo com Hupp, James, R. et al. (2021), na página 606, está escrito: "De fato, a fissura de lábio geralmente é corrigida o quanto antes. A maioria dos cirurgiões adere à "regra dos 10", que determina quando um bebê saudável está apto ao procedimento cirúrgico (ou seja, 10 semanas de idade, 10 libras de peso [4,5 kg], e, pelo menos, 10 g/dl de hemoglobina)".

Questão 40 – Gabarito mantido letra C

De acordo com a bibliografia citada no enunciado da questão (Prado, Roberto, 2018), na página 386 está escrito: "As recomendações atuais são de que seja realizada, sempre que possível, a biopsia excisional, com margens de 1 a 3 mm, como primeira escolha de terapia para lesões com suspeita de melanoma, o que permite melhor avaliação histopatológica, inclusive da espessura tumoral, o que impacta diretamente a conduta e o prognóstico. Contudo, a biopsia incisional não afeta o prognóstico dos pacientes com melanoma e pode ser utilizada quando necessário, principalmente nos casos de lesões pigmentadas extensas, com pouca suspeita de malignidade e em lesões localizadas em mucosa."

• **PROCURADOR DO MUNICÍPIO**

Questão 32 – Gabarito mantido letra E

A questão exige o conhecimento da disciplina legal da ADI e da ADC, nos termos da Lei nº 9.868/1999, conteúdo expressamente previsto no programa de Direito Constitucional do Anexo III do Edital.

A alternativa "A" está incorreta, pois a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade exige quórum qualificado de dois terços dos membros do Tribunal, e não maioria simples.

A alternativa "B" está incorreta, pois a ação direta de inconstitucionalidade é regida pelo princípio da indisponibilidade, não se admitindo desistência após sua propositura.

A alternativa "C" está incorreta, pois a medida cautelar em ADI é concedida, como regra, por decisão do órgão colegiado, pela maioria absoluta de seus membros, e possui eficácia ex nunc, salvo se o Tribunal entender deva conceder-lhe eficácia retroativa.

A alternativa "D" está incorreta, pois, embora a sessão de julgamento exija a presença de pelo menos oito Ministros, a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade demanda o voto de, no mínimo, seis Ministros. Os quantitativos indicados na assertiva não correspondem à lei.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A alternativa "E" está correta, pois reproduz, com fidelidade de conteúdo, o regime de eficácia erga omnes e de efeito vinculante das decisões proferidas em controle concentrado, alcançando os demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública nas três esferas federativas.

Questão 33 – Gabarito mantido letra C

O primeiro item é VERDADEIRO. A lei passou a exigir a conduta dolosa para a configuração do ato de improbidade e afasta expressamente a responsabilização pelo mero exercício da função ou desempenho de competências públicas sem comprovação de ato doloso com fim ilícito.

O segundo item é FALSO. A modalidade culposa foi suprimida do sistema de improbidade administrativa, inclusive quanto aos atos que causem prejuízo ao erário, os quais passaram a exigir dolo.

O terceiro item é VERDADEIRO. O prazo prescricional da pretensão sancionadora é de oito anos, sendo expressamente admitida, no mesmo dispositivo, a prescrição intercorrente.

O quarto item é FALSO. As sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, cabendo ao juiz a dosimetria, considerando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a extensão do dano e o proveito patrimonial obtido. Não há aplicação automática e cumulativa obrigatória.

A sequência correta é, portanto, V, F, V, F - prevista na alternativa C.

Questão 34 – Gabarito anulado

A questão exige o conhecimento do regime constitucional dos precatórios e das requisições de pequeno valor, conteúdo previsto no programa do Anexo III do Edital.

A alternativa "A" está incorreta, pois a opção pelo recebimento por requisição de pequeno valor pressupõe a renúncia ao valor excedente ao teto legalmente fixado, não se admitindo o recebimento integral e imediato por essa via quando o crédito supere o limite.

A alternativa "B" está incorreta, pois a execução por quantia certa contra a Fazenda Pública não comporta penhora de bens: a entidade é citada para opor embargos, e o pagamento faz-se por meio de precatório ou de requisição de pequeno valor, em razão da impenhorabilidade dos bens públicos.

A alternativa "C", apontada no gabarito preliminar, está incorreta. A assertiva reproduz a definição de débitos de natureza alimentícia na redação anterior do art. 100, § 1º, da Constituição Federal, conferida pela Emenda Constitucional nº 62/2009. Essa redação foi substituída pela Emenda Constitucional nº 136/2025, que redefiniu o conceito, passando a compreender os débitos decorrentes da relação laboral ou previdenciária, independentemente da sua natureza tributária, inclusive os oriundos de repetição de indébito incidente sobre remuneração ou proventos de aposentadoria.

A alternativa "D" está incorreta, pois a Constituição admite expressamente a fixação de valores distintos de requisição de pequeno valor pelas entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas dos entes federativos.

A alternativa "E" está incorreta, pois é admitida a expedição de precatório quanto à parcela incontroversa da execução, não se exigindo o trânsito em julgado da decisão dos embargos para essa finalidade.

Questão 35 – Gabarito anulado

A questão exige o conhecimento da disciplina da desapropriação por utilidade pública e do regime dos bens públicos, conteúdo previsto no programa de Direito Administrativo do Anexo III do Edital.

A alternativa "A" está incorreta, pois é vedado ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública, ficando a contestação restrita a vício do processo judicial ou à impugnação do preço, devendo qualquer outra questão ser decidida por ação direta.

A alternativa "B" está incorreta, pois os bens públicos, inclusive os dominicais, não são suscetíveis de aquisição por usucapião, havendo vedação constitucional expressa. A assertiva é, ademais, internamente contraditória, pois afirma a imprescritibilidade e, em seguida, admite a prescrição aquisitiva.

A alternativa "C" está incorreta, pois a desapropriação indireta caracteriza-se justamente pelo apossamento administrativo de bem particular sem prévio decreto expropriatório, sem indenização prévia e sem o devido processo legal, restando ao particular a via indenizatória. A assertiva descreve o oposto do instituto.

A alternativa "D" está incorreta, pois os bens de uso comum do povo e os de uso especial, enquanto conservarem essa qualificação, são inalienáveis, o que obsta igualmente sua oneração por direitos reais de garantia, incompatíveis com a destinação pública do bem.

A alternativa "E", apontada no gabarito preliminar, está incorreta. A assertiva reproduz a redação anterior do art. 7º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, que autorizava as autoridades administrativas a "penetrar nos prédios compreendidos na declaração". Esse dispositivo foi alterado pela Lei nº 14.620/2023, passando a autorizar as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo.



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Questão 36 – Gabarito anulado

A questão exige o conhecimento do Estatuto da Advocacia e da OAB, conteúdo previsto no programa do Anexo III do Edital.

A alternativa "A" está correta, pois a sanção de exclusão é aplicável, entre outras hipóteses, no caso de aplicação, por três vezes, de suspensão, exigindo-se, para tanto, a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.

A alternativa "B" também está correta. A assertiva enuncia a regra geral de incompatibilidade dos ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público, incompatibilidade que, por sua natureza, determina a proibição total do exercício da advocacia, mesmo em causa própria. A existência de ressalva legal, que exclui dessa hipótese os que não detenham poder de decisão relevante sobre interesses de terceiro, a juízo do conselho competente da OAB, não infirma a correção da assertiva: o item limita-se a reproduzir a regra geral, sem afirmar que a incompatibilidade se aplique de modo absoluto ou sem exceções, e sem empregar cláusula universalizante que a tornasse falsa.

A alternativa "C" está incorreta, pois a imunidade profissional do advogado não é irrestrita nem abrange, sem ressalva, os crimes indicados. A assertiva é falseada precisamente pela cláusula de absolutização que nela se insere.

A alternativa "D" está incorreta, pois a impetração de habeas corpus não se inclui na atividade privativa de advocacia, podendo ser manejada por qualquer pessoa, independentemente de inscrição na OAB.

A alternativa "E" está incorreta, pois a prescrição da pretensão à punibilidade das infrações disciplinares é quinquenal, e não trienal, além de se interromper pela instauração de processo disciplinar. O prazo de três anos refere-se à hipótese diversa de prescrição intercorrente do processo paralisado.

Questão 38 – Gabarito mantido letra B

A questão exige a identificação da assertiva INCORRETA à luz do Código de Defesa do Consumidor, conteúdo previsto no programa do Anexo III do Edital.

A alternativa "A" está correta, pois reproduz os prazos decadenciais de trinta dias para serviços e produtos não duráveis e de noventa dias para serviços e produtos duráveis, no tocante aos vícios aparentes ou de fácil constatação.

A alternativa "B" está INCORRETA e constitui o gabarito da questão. A pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prescreve em cinco anos, e não em três, iniciando-se a contagem a partir do conhecimento do dano e de sua autoria, e não da efetiva aquisição do produto ou da contratação do serviço. A assertiva erra, portanto, no tocante ao prazo e ao termo inicial.

A alternativa "C" está correta, pois enuncia a responsabilidade objetiva dos fornecedores ali indicados pela reparação dos danos decorrentes de defeitos de seus produtos, independentemente da existência de culpa.

A alternativa "D" está correta. O Código estabelece que, tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito. A alegação de impropriedade terminológica não prospera: a assertiva reproduz a expressão empregada pela própria lei no dispositivo que rege a matéria, não havendo erro a lhe ser imputado.

A alternativa "E" está correta. A responsabilidade do comerciante por fato do produto é subsidiária e restrita às hipóteses legalmente previstas — quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados; quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu responsável; e quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis. A assertiva não nega a solidariedade que rege a cadeia de fornecimento em outras hipóteses de responsabilização, tampouco exclui a incidência de outros regimes; limita-se a afirmar, corretamente, que o comerciante não responde por fato do produto em qualquer circunstância, mas nas situações que a lei especifica. Trata-se de enunciado fiel ao sistema de responsabilidade por fato do produto.

Questão 39 – Gabarito mantido letra D

A questão exige o conhecimento das causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, conteúdo previsto no programa de Direito Tributário do Anexo III do Edital.

A alternativa "A" está incorreta, pois a isenção e a anistia são modalidades de exclusão, e não de extinção, do crédito tributário, e a exclusão não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.

A alternativa "B" está incorreta, pois a transação e a remissão são causas de extinção, e não de suspensão, do crédito tributário, e ambas dependem de autorização legal, não podendo ser concedidas de ofício ao arbítrio da autoridade administrativa.

A alternativa "C" está incorreta, pois o pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento de outros créditos, referentes ao mesmo ou a outros tributos, tampouco das prestações em que se decompõe, sendo a assertiva frontalmente contrária à lei.

A alternativa "D" está correta, pois enumera fielmente as hipóteses legais de suspensão da exigibilidade do

Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

crédito tributário: a moratória, o depósito do montante integral, as reclamações e os recursos no processo tributário administrativo, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial e o parcelamento.

A alternativa "E" está incorreta, pois inverte os conceitos: a decadência refere-se ao prazo para a constituição do crédito pelo lançamento, ao passo que a prescrição diz respeito ao prazo para a cobrança judicial do crédito já constituído.

Questão 40 – Gabarito mantido letra A

A alternativa "A" está correta, pois o critério de julgamento por maior retorno econômico é utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerando-se a maior economia para a Administração, e a remuneração é fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato. As divergências redacionais apontadas em recurso — emprego do presente do indicativo em lugar do futuro, ou de "será fixada" em vez de "deverá ser fixada" — não alteram o conteúdo normativo da assertiva, que permanece materialmente verdadeira. O enunciado não exigiu transcrição literal do dispositivo.

A alternativa "B" está incorreta, pois o diálogo competitivo destina-se precisamente às contratações que envolvam inovação tecnológica ou técnica e às hipóteses em que a Administração não seja capaz de definir com precisão suficiente a solução a ser adotada, não se orientando pelo menor preço nos termos afirmados.

A alternativa "C" está incorreta, pois a tomada de preços não integra o rol de modalidades da Lei nº 14.133/2021, que prevê o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo, vedada a criação de outras modalidades ou sua combinação.

A alternativa "D" está incorreta, pois o pregão não admite o critério de julgamento por técnica e preço, restringindo-se aos critérios de menor preço ou maior desconto, e destina-se a bens e serviços comuns.

A alternativa "E" está incorreta, pois a regra é a precedência da fase de julgamento em relação à de habilitação, admitindo-se a inversão apenas em caráter excepcional, mediante ato motivado e previsão expressa no edital. Não há, portanto, inversão consagrada como regra absoluta.

• **PSICÓLOGO**

Questão 34 – Gabarito mantido letra C

A alternativa "A" está incorreta, pois o comportamento evitativo e a ausência de busca de conforto na figura de apego após o estresse da separação indicam insegurança vincular, e não segurança ou autonomia saudável.

A alternativa "B" está incorreta, pois no apego ambivalente a criança demonstra angústia extrema na separação e, no reencontro, busca proximidade ao mesmo tempo em que manifesta comportamento resistente ou irritado, diferentemente da evitação/indiferença descrita.

A alternativa "D" está incorreta, pois o fenômeno descrito não é uma transição evolutiva normativa ou biológica inerente à idade, mas uma resposta relacional específica à qualidade do cuidado.

A alternativa "E" está incorreta, pois confunde um padrão vincular adaptativo (apego evitativo) com um transtorno disruptivo do comportamento, além de anular de forma reducionista o papel do ambiente do neurodesenvolvimento.

Com relação a alternativa "C" ela permanece como CORRETA, pois o padrão inseguro-evitativo manifesta-se exatamente pela aparente falta de sofrimento na separação e pela evitação ativa ou desvio de atenção no reencontro, refletindo uma estratégia adaptativa crônica diante de cuidadores frequentemente rejeitantes ou intrusivos.

A argumentação apresentada no recurso para a anulação da questão não prospera. O recurso encaminhado sustenta, em síntese, que o enunciado da questão limita-se a descrever manifestações comportamentais da criança e que a alternativa apontada como correta (Alternativa C) realizaria uma inferência etiológica não autorizada ao associar a estratégia defensiva do menor à indisponibilidade ou rejeição previsível da figura de apego. Alega, ainda, que a taxonomia clássica de Mary Ainsworth se baseia estritamente na observação empírica de comportamentos, não permitindo conclusões sobre a responsividade da cuidadora a partir dos dados fornecidos no caso clínico.

Contudo, a irresignação parte de uma premissa conceitual equivocada e de uma separação artificial entre a descrição e a classificação na Teoria do Apego. O comando da questão é explícito ao solicitar que o candidato assinale a alternativa que define, de forma correta, a dinâmica descrita no caso. Na literatura clássica de John Bowlby e Mary Ainsworth, um padrão de apego não se reduz a um sintoma isolado ou a uma lista de comportamentos individuais da criança, mas constitui, fundamentalmente, um constructo relacional e diádico, estruturado a partir de Modelos Operantes Internos.

O caso clínico apresenta um "protótipo" clássico do padrão inseguro-evitativo ao descrever uma criança de 24 meses que manifesta pouca reação à separação, evita ativamente a cuidadora no momento do reencontro e



MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

direciona rigidamente sua atenção a objetos, ignorando tentativas de engajamento social. A interpretação teórica desse conjunto de ações, consagrada na psicologia do desenvolvimento, estabelece que a desativação do sistema de apego e a adoção de uma estratégia de autossuficiência defensiva são respostas adaptativas desenvolvidas pela criança precisamente para lidar com a previsibilidade de rejeição ou indisponibilidade da figura de referência.

Dessa forma, a alternativa C não exige que o caso clínico tenha descrito previamente a conduta da mãe, nem realiza uma inferência empírica arbitrária sobre a cuidadora em tela; em vez disso, a alternativa apresenta a própria definição conceitual e funcional que caracteriza a dinâmica do apego evitativo. Trata-se de uma dinâmica teórica intrínseca: o comportamento observado evoca o padrão, e o padrão evoca, por definição de manual, a qualidade típica da responsividade do cuidador. Fazer essa analogia teórica faz parte da competência esperada do candidato em uma questão classificada com nível de dificuldade difícil.

Por fim, os comportamentos descritos excluem categoricamente os demais padrões (o apego seguro da alternativa A, o ansioso-ambivalente da alternativa B, a regressão da alternativa D e o transtorno opositivo-desafiador da alternativa E), restando a alternativa C como a única resposta correta, técnica e plenamente respaldada pela literatura oficial de Bowlby e Bee. Diante do exposto, a formulação da questão é perfeitamente válida e o gabarito fica mantido.

São Leopoldo, 21 de julho de 2026.

**Heliomar Athaydes Franco Prefeito
Municipal**